



20_{anos} **RTN**



Resultado do **Tesouro Nacional**

Vol. 23, N. 3
Março/2017

Brasília, abril de 2017

MINISTRO DA FAZENDA

Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL

Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIOS

Adriano Pereira de Paula
Gildenora Batista Dantas Milhomem
José Franco Medeiros de Moraes
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Pedro Jucá Maciel
Priscilla Maria Santana

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Alex Pereira Benício

EQUIPE

Fábio Felipe Dáquilla Prates
Fernando Almeida Barbalho
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Karla de Lima Rocha
Vitor Henrique Barbosa Fabel

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 23, n. 3 (Março 2017). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior.....	6
Receitas do Governo Central.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	9
Despesas do Governo Central.....	10
Previdência Social.....	13
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Receitas do Governo Central.....	15
Transferências do Tesouro Nacional.....	16
Despesas do Governo Central.....	17
Previdência Social.....	18
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Receitas do Governo Central.....	20
Transferências do Tesouro Nacional.....	21
Despesas do Governo Central.....	22
Previdência Social.....	23

Lista de Tabelas*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	7
Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Tabela 1.7 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Acumulado no Ano.....	11
Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	12

* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano.....	13
Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Urbano e Rural - Resultado Acumulado no Ano.....	13
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	15
Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	16
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 2.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	18
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	20
Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	21
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22
Tabela 3.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	23

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Execução de Restos a Pagar.....	11
Gráfico 2 - Benefícios Emitidos pela Previdência.....	14
Gráfico 3 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	17

Resultado Fiscal do Governo Central

Análise do Resultado Primário do Governo Central A Preços Correntes

R\$ Milhões - Preços Correntes

Discriminação	R\$ Milhões		Variação			R\$ Milhões		Variação		
	Jan-Mar 2016	Jan-Mar 2017	Dife-rença	% Nomi-nal	% Real (IPCA)	Mar 16	Mar 17	Dife-rença	% Nomi-nal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	328.994,4	334.434,1	5.439,7	1,7%	-3,2%	98.189,6	102.907,1	4.717,6	4,8%	0,2%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	52.682,8	58.964,0	6.281,2	11,9%	6,7%	13.368,2	15.420,6	2.052,4	15,4%	10,3%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	276.311,6	275.470,0	-841,5	-0,3%	-5,0%	84.821,4	87.486,5	2.665,2	3,1%	-1,4%
IV. DESPESA TOTAL	294.371,2	293.767,2	-603,9	-0,2%	-4,9%	92.714,1	98.547,6	5.833,5	6,3%	1,6%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-18.059,6	-18.297,2	-237,6	1,3%	-2,9%	-7.892,8	-11.061,1	-3.168,3	40,1%	34,0%
Tesouro Nacional e Banco Central	10.920,2	21.712,2	10.792,0	98,8%	87,3%	2.363,4	2.028,2	-335,2	-14,2%	-17,9%
Previdência Social (RGPS)	-28.979,8	-40.009,4	-11.029,6	38,1%	31,7%	-10.256,1	-13.089,2	-2.833,1	27,6%	22,0%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,2%	-1,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	11.167,6	21.740,7	10.573,1	94,7%	83,4%	2.434,2	1.993,3	-440,9	-18,1%	-19,3%
Resultado do Banco Central	-247,4	-28,5	218,9	-88,5%	-88,9%	-70,9	34,9	105,7	-	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-28.979,8	-40.009,4	-11.029,6	38,1%	31,7%	-10.256,1	-13.089,2	-2.833,1	27,6%	22,0%

Fonte: Tesouro Nacional.

Em março de 2017, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 11,1 bilhões, contra déficit de R\$ 7,9 bilhões em março de 2016. Esta evolução é explicada pela elevação de R\$ 5,8 bilhões (6,3%) na despesa total, parcialmente compensada pelo aumento de R\$ 4,7 bilhão (4,8%) na receita líquida. Em termos reais, a despesa total apresentou crescimento de 1,6% e a receita líquida apresentou diminuição de 1,4%. A preços constantes de março de 2017, o déficit primário de março apresentou elevação de R\$ 2,8 bilhões, passando de R\$ 8,3 bilhões em 2016 para R\$ 11,1 bilhões em 2017.

Comparativamente ao acumulado até março de 2016, também a preços correntes, houve redução de R\$ 237,6 milhões no resultado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 18,1 bilhões em 2016 para déficit de R\$ 18,3 bilhões em 2017. Este resultado é explicado pela redução de R\$ 841,5 milhões (0,3%) na receita líquida, parcialmente compensado pela queda de R\$ 603,9 milhões (0,2%) na despesa total. A principal redução nas despesas ocorreu nas discricionárias do Poder Executivo, fruto da organização das contas públicas em 2016 que resultou em menor pressão fiscal para o começo de 2017. A redução da receita é explicada, principalmente, pelo recebimento em janeiro de 2016 de R\$ 11,1 bilhões referente à maior parte do bônus de outorga da concessão de 29 usinas hidrelétricas, realizada por meio de leilão em novembro de 2015. Em particular, destaque-se o aumento do déficit da Previdência, que passou de R\$ 29,0 bilhões no acumulado do ano em 2016 para R\$ 40,0 bilhões em 2017, a preços correntes, explicado tanto pela redução real da receita (3,9%) quanto pelo aumento real da despesa (5,2%).

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	346.405,3	335.467,4	-10.937,9	-3,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	216.880,9	216.875,7	-5,2	0,0%
I.2 Incentivos Fiscais	-10,9	0,0	10,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	87.979,9	84.532,5	-3.447,3	-3,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	41.555,5	34.059,2	-7.496,3	-18,0%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	55.430,0	59.134,3	3.704,3	6,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	290.975,3	276.333,0	-14.642,3	-5,0%
IV. DESPESA TOTAL	309.765,9	294.585,3	-15.180,6	-4,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	118.448,5	124.653,5	6.204,9	5,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	63.101,0	67.609,7	4.508,7	7,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	60.881,8	51.435,8	-9.446,0	-15,5%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	67.334,6	50.886,4	-16.448,2	-24,4%
V FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-18.790,6	-18.252,3	538,3	-2,9%
Tesouro Nacional e Banco Central	11.678,1	21.868,6	10.190,6	87,3%
Previdência Social (RGPS)	-30.468,7	-40.120,9	-9.652,3	31,7%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	11.939,1	21.897,7	9.958,7	83,4%
Resultado do Banco Central	-261,0	-29,1	231,9	-88,9%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-30.468,7	-40.120,9	-9.652,3	31,7%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de março de 2017, comparativamente a 2016, houve melhora de R\$ 538,3 milhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 18,8 bilhões em 2016 para déficit de R\$ 18,3 bilhões em 2017. Esse resultado é explicado pela redução da despesa total (4,9%) parcialmente compensada pela diminuição da receita líquida (5,0%).

A redução da despesa é explicada pela diminuição das despesas discricionárias do Executivo em R\$ 15,9 bilhões (24,6%) e de outras despesas obrigatórias em R\$ 9,4 bilhões (15,5%) parcialmente compensada pela elevação das despesas com benefícios previdenciários em R\$ 6,2 bilhões (5,2%) e com pessoal e encargos sociais em R\$ 4,5 bilhões (7,1%). A redução das despesas discricionárias do Executivo está associada ao processo de organização das contas públicas em 2016, o que permitiu uma redução de R\$ 15,9 bilhões no pagamento de Restos a Pagar no primeiro bimestre de 2017.

O decréscimo na receita líquida é explicado, principalmente, pela diminuição nas receitas não administradas pela RFB em R\$ 7,5 bilhões (18,0%) e pela elevação nas transferências por repartição de receita em R\$ 3,7 bilhões (6,7%). A redução nas receitas não administradas pela RFB é explicada principalmente pelo recebimento de R\$ 11,1 bilhões em bônus de outorga em janeiro de 2016, sem contrapartida em 2017.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016 / 2017

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	346.405,3	335.467,4	-10.937,9	-3,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	216.880,9	216.875,7	-5,2	0,0%
Imposto de Importação	8.931,3	7.365,9	-1.565,4	-17,5%
IPI	11.207,8	10.317,4	-890,4	-7,9%
Imposto de Renda	90.350,7	96.355,3	6.004,6	6,6%
IOF	8.828,8	8.116,8	-712,0	-8,1%
COFINS	53.932,9	50.644,2	-3.288,7	-6,1%
PIS/PASEP	14.741,5	14.061,4	-680,1	-4,6%
CSLL	23.103,4	24.564,9	1.461,6	6,3%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	1.499,1	1.370,8	-128,3	-8,6%
Outras	4.285,4	4.079,0	-206,4	-4,8%
I.2 Incentivos Fiscais	-10,9	0,0	10,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	87.979,9	84.532,5	-3.447,3	-3,9%
Urbana	86.163,5	82.763,0	-3.400,5	-3,9%
Rural	1.816,4	1.769,6	-46,8	-2,6%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	41.555,5	34.059,2	-7.496,3	-18,0%
Concessões e Permissões	12.326,8	562,4	-11.764,3	-95,4%
Dividendos e Participações	410,8	1.772,4	1.361,7	331,5%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.839,4	3.065,8	226,3	8,0%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.956,5	9.196,6	3.240,1	54,4%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	3.389,7	3.283,9	-105,8	-3,1%
Contribuição do Salário Educação	6.067,2	5.879,2	-187,9	-3,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.389,8	1.305,4	-84,4	-6,1%
Operações com Ativos	72,5	262,7	190,2	262,4%
Demais Receitas	9.102,9	8.730,6	-372,3	-4,1%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do Governo Central apresentou redução real de R\$ 10,9 bilhões (3,2%) em relação ao acumulado até março de 2016. Esse comportamento deveu-se à redução de R\$ 7,5 bilhões (18,0%) nas receitas não administradas pela RFB e a queda na arrecadação líquida para o RGPS em R\$ 3,4 bilhões (3,9%). As receitas administradas pela RFB mantiveram-se praticamente constantes. As receitas não administradas pela RFB foram afetadas, principalmente, pelos seguintes fatores

- decréscimo de R\$ 11,8 bilhões (95,4%) em concessões e permissões devido ao recebimento de R\$ 11,1 bilhões em bônus de outorga referente à concessão de 29 usinas hidrelétricas em janeiro de 2016 sem contrapartida em 2017;

- aumento de R\$ 3,2 bilhões (54,4%) nas receitas de cota-parte de compensações financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo; e
- elevação de R\$ 1,4 bilhões nas receitas de dividendos e participações.

A receita administrada pela RFB foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- acréscimo de R\$ 6,0 bilhões nas receitas de imposto de renda causado principalmente pela alta de R\$ 2,9 bilhões (7,8%) no imposto de renda de pessoa jurídica e de R\$ 2,3 bilhão (4,6%) no imposto de renda retido na fonte;
- aumento de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação com CSLL: elevação da receita referente ao incremento de 17,2% na arrecadação relativa ao pagamento mensal por estimativa, tendo por base a presunção de lucro;
- decréscimo de R\$ 3,3 bilhões (6,1%) na receita da Cofins: decréscimo real de 3,93% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 4,80% no volume de serviços (PMS-IBGE) de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 em relação a dezembro de 2015 a fevereiro de 2016.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	55.430,0	59.134,3	3.704,3	6,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	45.182,7	47.153,4	1.970,8	4,4%
II.2 Fundos Constitucionais	1.924,7	2.111,8	187,2	9,7%
Repasso Total	2.999,7	3.142,9	143,2	4,8%
Superávit dos Fundos	-1.075,0	-1.079,2	-4,2	0,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	3.616,2	3.521,9	-94,3	-2,6%
II.4 Compensações Financeiras	4.195,6	5.685,4	1.489,9	35,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	341,0	436,0	95,0	27,8%
II.6 Demais	169,9	225,7	55,8	32,8%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 3,7 bilhões (6,7%), em relação ao acumulado até março de 2016, passando de R\$ 55,4 bilhões 2016 para R\$ 59,1 bilhões em 2017. As principais variações no período foram:

- aumento de R\$ 2,0 bilhões (4,4%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE; e
- acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (35,5%) nas Compensações Financeiras.

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016 / 2017

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	309.765,9	294.585,3	-15.180,6	-4,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	118.448,5	124.653,5	6.204,9	5,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	92.038,1	97.480,0	5.441,9	5,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	26.410,4	27.173,5	763,1	2,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	63.101,0	67.609,7	4.508,7	7,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	60.881,8	51.435,8	-9.446,0	-15,5%
Abono e Seguro Desemprego	19.856,2	18.142,1	-1.714,1	-8,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	12.575,6	13.150,6	575,0	4,6%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.389,8	1.305,4	-84,4	-6,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.581,5	236,0	-1.345,4	-85,1%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	6.001,3	3.158,1	-2.843,1	-47,4%
FUNDEB (Complem. União)	4.318,5	4.470,4	151,9	3,5%
Fundo Constitucional DF	248,9	375,9	127,0	51,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	334,0	328,3	-5,6	-1,7%
Subsídios, Subvenções e Proagro	13.314,6	9.178,9	-4.135,7	-31,1%
Demais ¹	1.261,6	1.090,1	-171,6	-13,6%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	67.334,6	50.886,4	-16.448,2	-24,4%
Discricionárias Executivo	64.444,6	48.561,0	-15.883,5	-24,6%
PAC	11.138,9	3.486,2	-7.652,7	-68,7%
d/q MCMV	1.708,2	235,8	-1.472,4	-86,2%
Emissões de TDA	2,8	0,0	-2,8	-100,0%
Demais	53.302,8	45.074,8	-8.228,0	-15,4%
Discricionárias LEJU/MPU	2.890,1	2.325,4	-564,7	-19,5%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	82.289,0	61.797,9	-20.491,2	-24,9%
Outras Despesas de Custeio	67.403,1	56.029,7	-11.373,4	-16,9%
Outras Despesas de Capital	14.885,9	5.768,1	-9.117,8	-61,3%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Houve decréscimo de R\$ 15,2 bilhões (4,9%) na despesa total do Governo Central em relação ao acumulado até março de 2016. Tal fato é explicado pela redução de R\$ 16,4 bilhões (24,4%) nas despesas discricionárias e pela redução de R\$ 9,4 bilhões (15,5%) em outras despesas obrigatórias compensados parcialmente por aumentos de R\$ 6,2 bilhões (5,2%) nos Benefícios Previdenciários e de R\$ 4,5 bilhões (7,1%) nas despesas com Pessoal e Encargos.

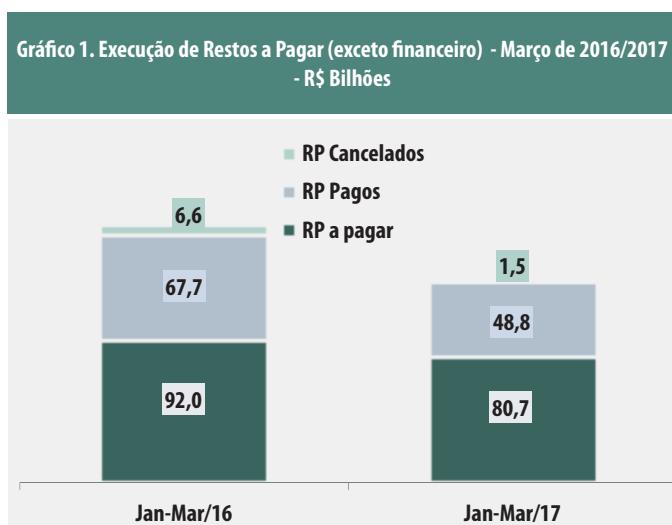
R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2016	2017	Dife- rença	% Real (IPCA)
TOTAL	53.302,8	45.074,8	-8.228,0	-15,4%
Ministério da Saúde	24.585,6	22.395,1	-2.190,4	-8,9%
Ministério da Educação	8.850,5	6.280,8	-2.569,7	-29,0%
Ministério do Desenvolvimento Social	8.121,1	8.124,0	2,9	0,0%
Ministério da Defesa	3.607,4	2.389,3	-1.218,1	-33,8%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações e Comunicações	1.127,0	780,4	-346,6	-30,8%
Demais órgãos do Executivo	7.011,2	5.105,1	-1.906,1	-27,2%

A redução dos gastos com Despesas Discricionárias é devida principalmente à redução de R\$ 15,9 bilhões (24,6%) em Discricionárias Executivo, dos quais R\$ 7,7 bilhões são referentes ao PAC e R\$ 8,2 bilhões são referentes a demais despesas, fruto do processo de organização das contas públicas realizado em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para o começo de 2017.

A redução dos gastos em Outras Despesas Obrigatórias deveu-se principalmente a:

- decréscimo de R\$ 4,1 bilhões (31,1%) nas despesas com Subsídios, Subvenções e Proagro, representados principalmente pela redução de R\$ 1,0 bilhão (18,7%) nas despesas do PSI, R\$ 1,1 bilhão (34,6%) nas despesas do PRONAF e R\$ 735,5 milhões na Equalização de Investimento Rural e Agroindustrial;
- redução de R\$ 2,8 bilhões (47,4%) em Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12 fruto de reversão parcial da desoneração da folha;
- redução de R\$ 1,7 bilhão (8,6%) nas despesas com Abono e Seguro Desemprego, explicada pelo efeito das novas regras de concessão de Abono dadas pela Lei 13.134/2015;
- decréscimo de R\$ 1,3 bilhão (85,1%) nos Créditos Extraordinários (exceto PAC).



O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) até março de 2017 correspondeu a R\$ 48,8 bilhões, contra R\$ 67,7 bilhões no mesmo período do ano anterior. Tal redução está associada ao processo de organização das contas públicas em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para o início de 2017.

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 1.8 - Subsídios, Subvenções e Proagro - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
Agricultura	7.038,4	4.499,2	-2.539,3	-36,1%
Equalização de custeio agropecuário	1.187,9	1.125,5	-62,4	-5,3%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.915,1	1.179,6	-735,5	-38,4%
Política de preços agrícolas	-54,5	-232,7	-178,2	327,3%
Pronaf	3.241,9	2.120,7	-1.121,1	-34,6%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	162,1	43,8	-118,3	-73,0%
Álcool	29,2	25,8	-3,5	-11,8%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	-2,7	-18,4	-15,7	583,1%
Funcafé	27,5	23,3	-4,1	-15,1%
Revitaliza	15,1	9,3	-5,8	-38,6%
Proagro	516,8	222,3	-294,5	-57,0%
Outros	6.276,2	4.682,7	-1.593,4	-25,4%
Proex	302,5	282,5	-20,0	-6,6%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	3,0	3,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.408,5	4.396,0	-1.012,6	-18,7%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,8	3,2	0,3	12,1%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	232,8	133,0	-99,8	-42,9%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	214,3	0,0	-214,3	-100,0%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	47,0	24,1	-23,0	-48,8%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-10,8	0,0	10,8	-99,9%
PNAFE	-66,0	-158,9	-92,9	140,7%
PRODECER	145,1	0,0	-145,1	-100,0%
Total	13.314,6	9.181,9	-4.132,7	-31,0%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

Comparando os valores acumulados de janeiro a março de 2017 com o mesmo período de 2016, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 30,5 bilhões para R\$ 40,1 bilhões (31,7%) em termos reais. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 6,2 bilhões (5,2%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à elevação de 776,5 mil (2,7%) no número de benefícios emitidos e à elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 24,87 (2,0%); e

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	87.979,9	84.532,5	-3.447,3	-3,9%
Arrecadação Bruta	100.326,7	96.179,8	-4.146,9	-4,1%
Contribuição Previdenciária	84.460,1	83.450,5	-1.009,6	-1,2%
Simples/Nacional/PAES	9.357,3	9.124,2	-233,1	-2,5%
Refis	45,6	61,4	15,8	34,8%
Depósitos Judiciais	462,5	385,6	-76,9	-16,6%
Compensação RGPS	6.001,3	3.158,1	-2.843,1	-47,4%
(-) Restituição/Devolução	-456,0	-132,3	323,6	-71,0%
(-) Transferências a Terceiros	-11.890,9	-11.514,9	376,0	-3,2%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	118.448,5	124.653,5	6.204,9	5,2%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-30.468,7	-40.120,9	-9.652,3	31,7%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- redução de R\$ 3,4 bilhões (3,9%) na arrecadação líquida, explicada pela redução de R\$ 1,0 bilhão (1,2%) na contribuição previdenciária, aliada à redução de 2,8 bilhões (47,4%) na compensação do RGPS, efeito da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração). A redução da contribuição previdenciária foi influenciada pela redução real da massa salarial habitual de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 em relação a mesmo período do ano anterior (-2,89%).

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 1.10 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2016/2017

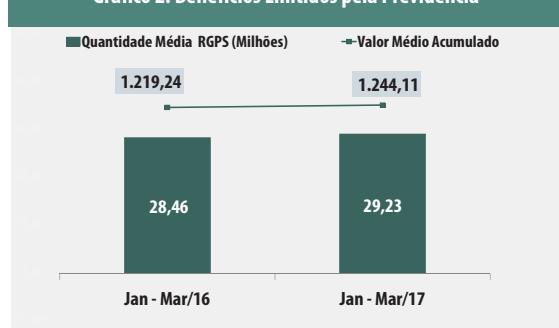
Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
CONTRIBUIÇÃO	87.979,9	84.532,5	-3.447,3	-3,9%
Urbano	86.163,5	82.763,0	-3.400,5	-3,9%
Rural	1.816,4	1.769,6	-46,8	-2,6%
BENEFÍCIOS	118.448,5	124.653,5	6.204,9	5,2%
Urbano	92.038,1	97.480,0	5.441,9	5,9%
Rural	26.410,4	27.173,5	763,1	2,9%
RESULTADO PRIMÁRIO	-30.468,7	-40.120,9	-9.652,3	31,7%
Urbano	-5.874,6	-14.717,0	-8.842,4	150,5%
Rural	-24.594,1	-25.403,9	-809,8	3,3%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Gráfico 2. Benefícios Emitidos pela Previdência



Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Março de 2017 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Março		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	102.677,9	102.907,1	229,2	0,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	64.179,7	62.449,2	-1.730,5	-2,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-10,9	0,0	10,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.829,9	29.005,9	-824,0	-2,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.679,3	11.452,0	2.772,7	31,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.979,3	15.420,6	1.441,3	10,3%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	88.698,6	87.486,5	-1.212,1	-1,4%
IV. DESPESA TOTAL	96.952,2	98.547,6	1.595,4	1,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	40.554,8	42.095,1	1.540,4	3,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.842,7	21.313,8	1.471,1	7,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	14.546,7	14.915,0	368,3	2,5%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	22.008,0	20.223,7	-1.784,3	-8,1%
V FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-8.253,5	-11.061,1	-2.807,5	34,0%
Tesouro Nacional e Banco Central	2.471,4	2.028,2	-443,2	-17,9%
Previdência Social (RGPS)	-10.724,9	-13.089,2	-2.364,3	22,0%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	2.545,5	1.993,3	-552,2	-21,7%
Resultado do Banco Central	-74,1	34,9	109,0	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-10.724,9	-13.089,2	-2.364,3	22,0%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de março de 2017, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 8,3 bilhões em março de 2016 para um déficit de R\$ 11,1 bilhões no mesmo mês de 2017, o que representou acréscimo de R\$ 2,8 bilhões (34,0%) no déficit. Essa variação decorre da redução em R\$ 1,2 bilhão (1,4%) na receita líquida e da elevação de R\$ 1,6 bilhão (1,6%) da despesa total.

A redução na receita líquida decorre sobretudo do aumento das transferências por repartição de receitas, reflexo do desempenho da arrecadação em fevereiro dos principais tributos que compõem a base de repartição, notadamente o Imposto de Renda e Cota-Parte de Compensações Financeiras.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016 / 2017

Discriminação	Março		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	102.677,9	102.907,1	229,2	0,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	64.179,7	62.449,2	-1.730,5	-2,7%
Imposto de Importação	2.949,8	2.693,2	-256,6	-8,7%
IPI	3.645,3	3.328,5	-316,8	-8,7%
Imposto de Renda	24.294,0	25.721,6	1.427,5	5,9%
IOF	2.723,4	2.395,6	-327,8	-12,0%
COFINS	17.539,9	16.054,3	-1.485,5	-8,5%
PIS/PASEP	4.725,0	4.408,0	-317,0	-6,7%
CSLL	5.950,6	5.489,7	-460,9	-7,7%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	481,7	439,7	-42,1	-8,7%
Outras	1.869,9	1.918,7	48,8	2,6%
I.2 Incentivos Fiscais	-10,9	-	10,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.829,9	29.005,9	-824,0	-2,8%
Urbana	29.176,6	28.363,7	-812,9	-2,8%
Rural	653,2	642,2	-11,0	-1,7%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.679,3	11.452,0	2.772,7	31,9%
Concessões e Permissões	67,4	116,1	48,8	72,4%
Dividendos e Participações	408,0	1.706,6	1.298,6	318,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	954,5	1.025,8	71,3	7,5%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.214,8	1.796,2	581,4	47,9%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.125,3	1.359,9	234,6	20,8%
Contribuição do Salário Educação	1.611,0	1.558,0	-52,9	-3,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	393,3	830,8	437,5	111,2%
Operações com Ativos	72,5	79,0	6,5	9,0%
Demais Receitas	2.832,6	2.979,6	147,0	5,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do governo central apresentou elevação real de R\$ 229,2 milhões (0,2%), passando de R\$ 102,7 bilhões em março de 2016 para R\$ 102,9 bilhões em março de 2017. Esse comportamento deveu-se ao acréscimo de R\$ 2,7 bilhões (31,9%) na receita administrada não pela RFB, parcialmente compensado por reduções de R\$ 1,7 bilhão (2,7%) na receita administrada pela RFB e de R\$ 824,0 milhões (2,8%) na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita administrada pela RFB foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- redução de R\$ 1,5 bilhão (8,5%) em Cofins: resultado influenciado principalmente pela diminuição do volume de vendas (4,19%) e serviços (5,17%) e da queda da taxa média de câmbio;

- elevação de R\$ 469,5 milhões (5,7%) no Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e redução de R\$ 460,9 milhões (7,7%) em CSLL: explicada, principalmente, esse resultado deveu-se, basicamente, ao incremento real na arrecadação referente ao pagamento mensal por estimativa, tendo por base a presunção de lucro, combinado com um decréscimo de registrado na arrecadação referente à declaração de ajuste das entidades financeiras; e
- redução de R\$ 316,8 milhões (8,7%) no IPI, decorrente da diminuição de 0,8% na produção industrial de fevereiro de 2017 comparado a fevereiro de 2016 (PIM - IBGE);

A receita não administrada pela RFB cresceu R\$ 2,8 bilhões (31,9%) quando comparada a março de 2016. Essa elevação é explicada, principalmente, pelo acréscimo de R\$ 1,3 bilhão em Dividendos e Participações e de R\$ 581,4 milhões (50,0%) em Cota-partes de Compensações Financeiras, devido ao aumento na produção interna e à elevação do preço internacional do petróleo.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Março		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.979,3	15.420,6	1.441,3	10,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.389,4	12.273,7	884,3	7,8%
II.2 Fundos Constitucionais	607,1	691,3	84,3	13,9%
Repasso Total	752,5	873,2	120,6	16,0%
Superávit dos Fundos	145,5	181,8	36,4	25,0%
II.3 Contribuição do Salário Educação	984,4	945,6	-38,8	-3,9%
II.4 Compensações Financeiras	971,3	1.488,6	517,4	53,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	27,1	21,3	-5,7	-21,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências por repartição de receita apresentaram elevação de R\$ 1,4 bilhão (10,3%), passando de R\$ 11,4 bilhões em março de 2016 para R\$ 12,3 bilhões no mesmo mês de 2017. Esse resultado decorre principalmente do aumento de R\$ 884,3 milhões (7,8%) no grupo FPM/FPE/IPI-EE, explicado pelo acréscimo na arrecadação dos tributos que compõem a base da transferência. Além disso, ressalte-se a elevação de R\$ 517,4 milhões (53,3%) em Compensações Financeiras, devido ao crescimento na receita de Cota-Parte e Compensações Financeiras em fevereiro de 2017 na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016 / 2017

Discriminação	Março		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	96.952,2	98.547,6	1.595,4	1,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	40.554,8	42.095,1	1.540,4	3,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	31.663,0	32.970,5	1.307,5	4,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.891,8	9.124,7	232,9	2,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.842,7	21.313,8	1.471,1	7,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.546,7	14.915,0	368,3	2,5%
Abono e Seguro Desemprego	5.939,3	6.867,6	928,3	15,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.239,4	4.421,6	182,2	4,3%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	393,3	830,8	437,5	111,2%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	368,1	65,4	-302,6	-82,2%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.864,6	1.070,1	-794,5	-42,6%
FUNDEB (Complem. União)	837,5	919,0	81,5	9,7%
Fundo Constitucional DF	84,9	135,2	50,3	59,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	88,5	131,6	43,0	48,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	235,5	81,6	-153,9	-65,3%
Demais ¹	495,7	392,1	-103,5	-20,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	22.008,0	20.223,7	-1.784,3	-8,1%
Discricionárias Executivo	20.931,6	19.207,6	-1.723,9	-8,2%
PAC	3.792,3	1.544,6	-2.247,7	-59,3%
d/q MCMV	390,2	75,3	-314,8	-80,7%
Emissões de TDA	2,8	0,0	-2,8	-100,0%
Demais	17.136,5	17.663,1	526,6	3,1%
Discricionárias LEJU/MPU	1.076,4	1.016,0	-60,4	-5,6%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	26.029,3	23.749,6	-2.279,7	-8,8%
Outras Despesas de Custeio	21.259,4	20.961,3	-298,1	-1,4%
Outras Despesas de Capital	4.769,9	2.788,3	-1.981,6	-41,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

em Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha, efeito da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração).

Em março de 2017, houve elevação de R\$ 1,6 bilhão (1,6%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 97,0 bilhões para R\$ 98,6 bilhões. Essa variação se deve às elevações em Benefícios Previdenciários (R\$ 1,5 bilhão, 3,8%), em Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 1,5 bilhão, 7,4%) e em Outras Despesas Obrigatórias (R\$ 368,3 milhões, 2,5%) parcialmente compensada pela redução em Despesas Discricionárias – Todos os Poderes (R\$ 1,8 bilhão, 8,1%).

A variação no gasto com Outras Despesas Obrigatórias deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 928,3 milhões em Abono e Seguro Desemprego;
- elevação de R\$ 437,5 milhões em Complemento do FGTS; e
- decréscimo de R\$ 794,5 milhões (42,6%)

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Março		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	17.136,5	17.663,1	526,6	3,1%
Ministério da Saúde	8.306,5	8.650,9	344,4	4,1%
Ministério da Educação	2.348,5	2.539,2	190,6	8,1%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.398,4	2.777,6	379,3	15,8%
Ministério da Defesa	1.210,0	1.081,9	-128,0	-10,6%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	402,6	319,8	-82,9	-20,6%
Demais órgãos do Executivo	2.470,5	2.293,7	-176,8	-7,2%

Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 10,7 bilhões em março de 2016 para déficit de R\$ 13,1 bilhões em março de 2017, representando uma diferença de R\$ 2,4 bilhões, devido principalmente aos seguintes fatores:

- elevação de R\$ 1,5 bilhão (10,6%) no valor de benefícios pagos em dezembro, devido à elevação de 671,4 mil (2,3%) no número de benefícios emitidos e à elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 30,22 (2,5%);
- redução de R\$ 794,5 milhões (42,6%) em Compensação RGPS, efeito da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração); e
- diminuição da Contribuição Previdenciária em R\$ 71,0 milhões (0,3%): efeito líquido da redução real da massa salarial em 0,83% e da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração).

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Março		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	29.829,9	29.005,9	-824,0	-2,8%
Arrecadação Bruta	33.099,6	32.129,5	-970,1	-2,9%
Contribuição Previdenciária	28.127,6	28.056,5	-71,0	-0,3%
Simples/Nacional/PAES	2.920,5	2.845,5	-75,0	-2,6%
Refis	26,9	147,6	120,7	447,8%
Depósitos Judiciais	159,9	9,7	-150,2	-93,9%
Compensação RGPS	1.864,6	1.070,1	-794,5	-42,6%
(-) Restituição/Devolução	-94,8	-72,2	22,6	-23,8%
(-) Transferências a Terceiros	-3.174,9	-3.051,4	123,6	-3,9%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	40.554,8	42.095,1	1.540,4	3,8%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-10.724,9	-13.089,2	-2.364,3	22,0%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A Preços Constantes de Março de 2017 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017

Discriminação	2017		Variação	
	Fev	Mar	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	94.327,1	102.907,1	8.580,0	9,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	57.129,0	62.449,2	5.320,2	9,3%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	28.473,0	29.005,9	532,9	1,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.725,1	11.452,0	2.726,9	31,3%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	25.023,2	15.420,6	-9.602,6	-38,4%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	69.303,9	87.486,5	18.182,6	26,2%
IV. DESPESA TOTAL	95.646,5	98.547,6	2.901,1	3,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	42.054,9	42.095,1	40,3	0,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.941,4	21.313,8	-627,6	-2,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	13.173,6	14.915,0	1.741,4	13,2%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	18.476,6	20.223,7	1.747,1	9,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB) ²	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-26.342,6	-11.061,1	15.281,5	-58,0%
Tesouro Nacional e Banco Central	-12.760,7	2.028,2	14.788,9	-
Previdência Social (RGPS)	-13.581,9	-13.089,2	492,7	-3,6%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-12.835,8	1.993,3	14.829,1	-
Resultado do Banco Central	75,1	34,9	-40,3	-53,6%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-13.581,9	-13.089,2	492,7	-3,6%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em março de 2017, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 11,1 bilhões, contra déficit de R\$ 26,3 bilhões em fevereiro de 2017, a preços constantes de março. Essa evolução é explicada em grande medida por fatores sazonais.

A receita líquida do Governo Central foi maior em R\$ 18,2 bilhões (26,2%) em março de 2017. Tal aumento se deve principalmente à alta nas receitas administradas pela Receita Federal (R\$ 5,3 bilhões, 9,3%), aumento de R\$ 2,7 bilhões (31,3%) nas receitas não administradas, e também à redução de R\$ 9,6 bilhões nas transferências por repartição de receita.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Discriminação	2017		Variação	
	Fev	Mar	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	94.327,1	102.907,1	8.580,0	9,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	57.129,0	62.449,2	5.320,2	9,3%
Imposto de Importação	2.062,4	2.693,2	630,7	30,6%
IPI	3.228,8	3.328,5	99,7	3,1%
Imposto de Renda	23.635,0	25.721,6	2.086,6	8,8%
IOF	2.824,8	2.395,6	-429,2	-15,2%
COFINS	15.626,5	16.054,3	427,8	2,7%
PIS/PASEP	4.380,6	4.408,0	27,4	0,6%
CSLL	4.518,7	5.489,7	971,0	21,5%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	428,7	439,7	11,0	2,6%
Outras	423,4	1.918,7	1.495,3	353,1%
I.2 Incentivos Fiscais	-	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	28.473,0	29.005,9	532,9	1,9%
Urbana	27.934,1	28.363,7	429,6	1,5%
Rural	538,8	642,2	103,4	19,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.725,1	11.452,0	2.726,9	31,3%
Concessões e Permissões	92,3	116,1	23,8	25,8%
Dividendos e Participações	5,2	1.706,6	1.701,4	-
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.008,8	1.025,8	17,0	1,7%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.880,5	1.796,2	-84,3	-4,5%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	959,8	1.359,9	400,1	41,7%
Contribuição do Salário Educação	1.577,9	1.558,0	-19,9	-1,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	474,6	830,8	356,1	75,0%
Operações com Ativos	84,6	79,0	-5,6	-6,7%
Demais Receitas	2.641,3	2.979,6	338,3	12,8%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em valores atualizados para março de 2017, a receita total do Governo Central apresentou aumento de R\$ 8,6 bilhões (9,1%), em relação ao mês anterior, passando de R\$ 94,3 bilhões, em fevereiro de 2017, para R\$ 102,9 bilhões em março de 2017. Merecem destaque as seguintes variações:

- aumento de R\$ 5,3 bilhões nas receitas administradas pela RFB (impostos e contribuições): acréscimo de R\$ 2,1 bilhões (8,8%) no Imposto de Renda e da CSLL em R\$ 971,0 milhões (21,5%) em razão de fatores sazonais, tais como o encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo desses tributos, referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2015.

- Aumento de R\$ 630,7 milhões no imposto de importação e R\$ 1,5 bilhão em outras receitas, administradas.
- Acréscimo de R\$ 2,7 bilhões (37,4%) nas receitas não administradas pela RFB: aumento de 1,7 bilhão na receita de dividendos e participações, devido ao pagamento de dividendos do BNDES (R\$ 1,6 bilhão) e do Banco do Brasil (142,5 milhões); acréscimo de R\$ 400,1 milhões (41,7%) em Receitas Próprias; acréscimo de R\$ 356,1 milhões (75,0%) no complemento para o FGTS; aumento de R\$ 338,3 milhões (12,8%) em demais receitas.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

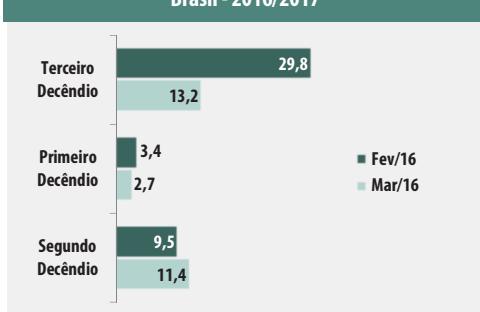
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2017

Discriminação	2017		Variação	
	Fev	Mar	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	25.023,2	15.420,6	-9.602,6	-38,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	19.538,5	12.273,7	-7.264,8	-37,2%
II.2 Fundos Constitucionais	782,0	691,3	-90,7	-11,6%
Repasso Total	1.248,1	873,2	-374,9	-30,0%
Superávit dos Fundos	-514,3	-181,8	332,4	-64,6%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.636,9	945,6	-691,3	-42,2%
II.4 Compensações Financeiras	3.039,4	1.488,6	-1.550,8	-51,0%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	26,4	21,3	-5,1	-19,3%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Gráfico 3. Base de Cálculo Transferências Constitucionais
Brasil - 2016/2017



Em fevereiro de 2017, as transferências por repartição de receita apresentaram redução de R\$ 9,6 bilhões (38,4%), totalizando R\$ 15,4 bilhões, contra R\$ 25,0 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu, principalmente, devido à redução de R\$ 7,3 bilhões (37,2%) no conjunto FPM/FPE/IPI-EE e ao decréscimo de R\$ 1,6 bilhão nas transferências de compensações financeiras, decorrente do repasse aos entes em fevereiro de receitas sazonalmente concentradas em janeiro, sem contrapartida no mês de março.

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017

Discriminação	2017		Variação	
	Fev	Mar	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	95.646,5	98.547,6	2.901,1	3,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	42.054,9	42.095,1	40,3	0,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	32.941,8	32.970,5	28,6	0,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.113,0	9.124,7	11,7	0,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.941,4	21.313,8	-627,6	-2,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.173,6	14.915,0	1.741,4	13,2%
Abono e Seguro Desemprego	5.548,0	6.867,6	1.319,5	23,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.417,6	4.421,6	4,0	0,1%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	474,6	830,8	356,1	75,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	77,0	65,4	-11,6	-15,0%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.012,5	1.070,1	57,7	5,7%
FUNDEB (Complem. União)	921,3	919,0	-2,3	-0,2%
Fundo Constitucional DF	145,5	135,2	-10,4	-7,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	93,9	131,6	37,7	40,1%
Subsídios, Subvenções e Proagro	64,1	81,6	17,5	27,3%
Demais ¹	419,1	392,1	-26,9	-6,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.476,6	20.223,7	1.747,1	9,5%
Discricionárias Executivo	17.702,5	19.207,6	1.505,1	8,5%
PAC	1.152,6	1.544,6	392,0	34,0%
d/q MCMV	82,1	75,3	-6,8	-8,3%
Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
Demais	16.549,9	17.663,1	1.113,1	6,7%
Discricionárias LEJU/MPU	774,1	1.016,0	241,9	31,3%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	21.604,4	23.749,6	2.145,2	9,9%
Outras Despesas de Custeio	19.830,1	20.961,3	1.131,2	5,7%
Outras Despesas de Capital	1.774,3	2.788,3	1.014,0	57,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em março de 2017, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 98,5 bilhões, representando aumento de R\$ 2,9 bilhões (3,0%) em relação a fevereiro de 2017. Esta variação deveu-se, sobretudo, ao aumento de R\$ 1,3 bilhão (23,8%) nas despesas com abono e seguro desemprego, bem como ao aumento de R\$ 1,5 bilhão (8,5%) nas despesas discricionárias do Poder Executivo, das quais R\$ 392,0 milhões (34,0%) são referentes ao PAC.

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 3.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2017

Discriminação	2017		Variação	
	Fev	Mar	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	16.549,9	17.663,1	1.113,1	6,7%
Ministério da Saúde	9.218,0	8.650,9	-567,1	-6,2%
Ministério da Educação	2.010,5	2.539,2	528,7	26,3%
Ministério do Desenvolvimento Social	29,2	27,2	-2,1	-7,1%
Ministério da Defesa	32,0	49,8	17,8	55,7%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	307,7	319,8	12,1	3,9%
Demais órgãos do Executivo	4.952,6	6.076,3	1.123,7	22,7%

Previdência Social

R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017

Discriminação	2016/2017		Variação	
	Fev	Mar	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	28.473,0	29.005,9	532,9	1,9%
Arrecadação Bruta	31.623,9	32.129,5	505,6	1,6%
Contribuição Previdenciária	27.672,0	28.056,5	384,6	1,4%
Simples/Nacional/PAES	2.777,92	2.845,51	67,6	2,4%
Refis	120,85	147,62	26,8	22,2%
Depósitos Judiciais	40,68	9,71	-31,0	-76,1%
Compensação RGPS	1.012,47	1.070,13	57,7	5,7%
(-) Restituição/Devolução	-33,7	-72,2	-38,5	114,3%
(-) Transferências a Terceiros	-3.117,2	-3.051,4	65,9	-2,1%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	42.054,9	42.095,1	40,3	0,1%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-13.581,9	-13.089,2	492,7	-3,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em março de 2016, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 13,1 bilhões, contra déficit de R\$ 13,6 bilhões no mês anterior. A diferença se deve em grande parte à elevação de R\$ 505,6 milhões na arrecadação bruta da Previdência Social.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CEF - Caixa Econômica Federal
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
FSB - Fundo Soberano do Brasil
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II - Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LEJU – Legislativo e Judiciário
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença Mar/17 Fev/17	Variação (%)	Diferença Mar/17 Mar/16	Variação (%)
	Março	Fevereiro				
I. RECEITA TOTAL	98.189,6	94.092,0	102.907,1	8.815,2	9,4%	4.717,6
I.1 - Receita Administrada pela RFB	61.374,2	56.986,6	62.449,2	5.462,6	9,6%	1.075,01
I.1.1 Imposto de Importação	2.820,9	2.057,3	2.693,2	635,9	30,9%	-127,7
I.1.2 IPI	3.486,0	3.220,8	3.328,5	107,7	3,3%	-157,5
I.1.3 Imposto de Renda	23.232,1	23.576,1	25.721,6	2.145,5	9,1%	2.489,5
I.1.4 IOF	2.604,3	2.817,8	2.395,6	-422,2	-15,0%	-208,8
I.1.5 COFINS	16.773,2	15.587,5	16.054,3	466,8	3,0%	-718,8
I.1.6 PIS/PASEP	4.518,5	4.369,7	4.408,0	38,3	0,9%	-110,5
I.1.7 CSLL	5.690,4	4.507,4	5.489,7	982,3	21,8%	-200,7
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
I.1.9 CIDE Combustíveis	460,7	427,6	439,7	12,0	2,8%	-21,0
I.1.10 Outras	1.788,2	422,4	1.918,7	1.496,3	354,3%	130,5
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,5	0,0	0,0	0,0	-	10,5
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	28.525,9	28.402,0	29.005,9	603,9	2,1%	480,0
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.299,9	8.703,4	11.452,0	2.748,6	31,6%	3.152,1
I.4.1 Concessões e Permissões	64,4	92,1	116,1	24,0	26,1%	51,7
I.4.2 Dividendos e Participações	390,2	5,2	1.706,6	1.701,4	-	1.316,5
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	912,8	1.006,3	1.025,8	19,5	1,9%	113,0
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	1.161,7	1.875,8	1.796,2	-79,7	-4,2%	634,5
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.076,1	957,4	1.359,9	402,5	42,0%	283,8
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.540,5	1.574,0	1.558,0	-16,0	-1,0%	17,5
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	376,1	473,4	830,8	357,3	75,5%	454,7
I.4.8 Operações com Ativos	69,3	84,4	79,0	-5,4	-6,4%	9,7
I.4.9 Demais Receitas	2.708,8	2.634,7	2.979,6	344,9	13,1%	270,8
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.368,2	24.960,9	15.420,6	-9.540,2	-38,2%	2.052,4
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	10.891,6	19.489,8	12.273,7	-7.216,1	-37,0%	1.382,13
II.2 Fundos Constitucionais	580,5	780,1	691,3	-88,7	-11,4%	110,82
II.2.1 Repasse Total	719,6	1.245,0	873,2	-371,8	-0,3	153,5
II.2.2 Superávit dos Fundos	-139,1	-465,0	-181,8	283,1	-0,6	-42,7
II.3 Contribuição do Salário Educação	941,4	1.632,8	945,6	-687,2	-42,1%	4,20
II.4 Compensações Financeiras	928,8	3.031,8	1.488,6	-1.543,2	-50,9%	559,8
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
II.6 Demais	25,9	26,3	21,3	-5,0	-19,1%	4,56
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	84.821,4	69.131,1	87.486,5	18.355,4	26,6%	2.665,2
IV. DESPESA TOTAL	92.714,1	95.408,0	98.547,6	3.139,6	3,3%	5.833,5
IV.1 Benefícios Previdenciários	38.782,0	41.950,0	42.095,1	145,1	0,3%	3.313,13
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	18.975,4	21.886,8	21.313,8	-572,9	-2,6%	2.338,46
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.910,8	13.140,7	14.915,0	1.774,3	13,5%	1.004,2
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.679,6	5.534,2	6.867,6	1.333,4	24,1%	1.187,9
IV.3.2 Anistiados	29,3	18,1	23,0	4,9	27,2%	-6,2
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.4 Auxílio CDE	80,6	0,0	0,0	0,0	-	-80,6
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	44,9	50,0	49,5	-0,5	-1,0%	4,6
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.054,0	4.406,5	4.421,6	15,1	0,3%	367,6
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	376,1	473,4	830,8	357,3	75,5%	454,7
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	352,0	76,8	65,4	-11,4	-14,8%	-286,5
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.783,1	1.010,0	1.070,1	60,2	6,0%	-713,0
IV.3.10 Convênios	21,8	14,3	18,9	4,6	32,4%	-2,9
IV.3.11 Doações	2,7	5,5	5,3	-0,2	-4,0%	2,5
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	25,7	16,0	18,2	2,2	13,7%	-7,5
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	800,9	919,0	919,0	0,0	0,0%	118,1
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	81,1	145,2	135,2	-10,0	-6,9%	54,0
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	162,5	162,5	0,0	0,0%	0,0
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	84,7	93,7	131,6	37,9	40,5%	46,9
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	225,2	63.934	81,6	17,7	27,7%	-143,6
IV.3.21 Transferências ANA	34,0	10,5	23,0	12,6	119,9%	-11,0
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	72,4	141,2	91,7	-49,5	-35,1%	19,3
IV.4 Despesas Discretorísticas - Todos os Poderes	21.046,0	18.430,5	20.223,7	1.793,1	9,7%	-822,3
IV.4.1 PAC	3.626,5	1.149,7	1.544,6	394,9	34,3%	-2.081,9
d/q MCMV	373,1	81,9	75,3	-8.583,7	-69,7%	-1.002,0
IV.4.3 Emissões de TDA	2,7	0,0	0,0	0,0	-	2,70
IV.4.2 Demais Poder Executivo	16.387,4	16.508,7	17.663,1	1.154,4	7,0%	1.275,66
IV.4.4 LEJU/MPU	1.029,4	772,1	1.016,0	243,9	31,6%	13,33
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-7.892,8	-26.276,9	-11.061,1	15.215,8	-57,9%	-3.168,3
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	387,5	274,0				
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.439,2	-2.766,6				
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-8.944,4	-28.769,5				
X. JUROS NOMINAIS	8.147,6	-23.672,0				
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-796,8	-52.441,4				

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços de Março de 2017 (IPCA)



Discriminação	2016 Março	2016/2017 Fevereiro	2016/2017 Março	Diferença Mar/17 Fev/17	Variação (%)	Diferença Mar/17 Mar/16	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	102.677,9	94.327,1	102.907,1	8.580,0	9,1%	229,2	0,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	64.179,7	57.129,0	62.449,2	5.320,2	9,3%	-1.730,5	-2,7%
I.1.1 Imposto de Importação	2.949,8	2.062,4	2.693,2	630,7	30,6%	-256,6	-8,7%
I.1.2 IPI	3.645,3	3.228,8	3.328,5	99,7	3,1%	-316,8	-8,7%
I.1.3 Imposto de Renda	24.294,0	23.635,0	25.721,6	2.086,6	8,8%	1.427,5	5,9%
I.1.4 IOF	2.723,4	2.824,8	2.395,6	-429,2	-15,2%	-327,8	-12,0%
I.1.5 COFINS	17.539,9	15.626,5	16.054,3	427,8	2,7%	-1.485,5	-8,5%
I.1.6 PIS/PASEP	4.725,0	4.380,6	4.408,0	27,4	0,6%	-317,0	-6,7%
I.1.7 CSLL	5.950,6	4.518,7	5.489,7	971,0	21,5%	-460,9	-7,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	481,7	428,7	439,7	11,0	2,6%	-42,1	-8,7%
I.1.10 Outras	1.869,9	423,4	1.918,7	1.495,3	353,1%	48,8	2,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,9	0,0	0,0	0,0	-	10,9	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	29.829,9	28.473,0	29.005,9	532,9	1,9%	-824,0	-2,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.679,3	8.725,1	11.452,0	2.726,9	31,3%	2.772,7	31,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	67,4	92,3	116,1	23,8	25,8%	48,8	72,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	408,0	5,2	1.706,6	1.701,4	-	1.298,6	318,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	954,5	1.008,8	1.025,8	17,0	1,7%	71,3	7,5%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	1.214,8	1.880,5	1.796,2	-84,3	-4,5%	581,4	47,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.125,3	959,8	1.359,9	400,1	41,7%	234,6	20,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.611,0	1.577,9	1.558,0	-19,9	-1,3%	-52,9	-3,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	393,3	474,6	830,8	356,1	75,0%	437,5	111,2%
I.4.8 Operações com Ativos	72,5	84,6	79,0	-5,6	-6,7%	6,5	9,0%
I.4.9 Demais Receitas	2.832,6	2.641,3	2.979,6	338,3	12,8%	147,0	5,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.979,3	25.023,2	15.420,6	-9.602,6	-38,4%	1.441,3	10,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.389,4	19.538,5	12.273,7	-7.264,8	-37,2%	884,3	7,8%
II.2 Fundos Constitucionais	607,1	782,0	691,3	-90,7	-11,6%	84,3	13,9%
II.2.1 Repasse Total	752,5	1.248,1	873,2	-374,9	-30,0%	120,6	16,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-145,5	-466,1	-181,8	284,3	-61,0%	-36,4	25,0%
II.3 Contribuição do Salário Educação	984,4	1.636,9	945,6	-691,3	-42,2%	-38,8	-3,9%
II.4 Compensações Financeiras	971,3	3.039,4	1.488,6	-1.550,8	-51,0%	517,4	53,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.6 Demais	27,1	26,4	21,3	-5,1	-19,3%	-5,7	-21,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	88.698,6	69.303,9	87.486,5	18.182,6	26,2%	-1.212,1	-1,4%
IV. DESPESA TOTAL	96.952,2	95.646,5	98.547,6	2.901,1	3,0%	1.595,4	1,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	40.554,8	42.054,9	42.095,1	40,3	0,1%	1.540,4	3,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.842,7	21.941,4	21.313,8	-627,6	-2,9%	1.471,1	7,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	14.546,7	13.173,6	14.915,0	1.741,4	13,2%	368,3	2,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.939,3	5.548,0	6.867,6	1.319,5	23,8%	928,3	15,6%
IV.3.2 Anistiados	30,6	18,1	23,0	4,9	26,9%	-7,6	-24,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	84,3	0,0	0,0	0,0	-	-84,3	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,0	50,1	49,5	-0,6	-1,2%	2,5	5,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.239,4	4.417,6	4.421,6	4,0	0,1%	182,2	4,3%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	393,3	474,6	830,8	356,1	75,0%	437,5	111,2%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	368,1	77,0	65,4	-11,6	-15,0%	-302,6	-82,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.864,6	1.012,5	1.070,1	57,7	5,7%	-794,5	-42,6%
IV.3.10 Convênios	22,8	14,3	18,9	4,6	32,0%	-3,9	-17,1%
IV.3.11 Doações	2,8	5,5	5,3	-0,2	-4,3%	2,4	84,7%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	26,9	16,1	18,2	2,2	13,4%	-8,6	-32,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complém. União)	837,5	921,3	919,0	-2,3	-0,2%	81,5	9,7%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	84,9	145,5	135,2	-10,4	-7,1%	50,3	59,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	169,9	162,9	162,5	-0,4	-0,2%	7,4	4,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fóseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	88,5	93,9	131,6	37,7	40,1%	43,0	48,6%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	235,5	64,1	81,6	17,5	27,3%	-153,9	-65,3%
IV.3.21 Transferências ANA	35,6	10,5	23,0	12,5	119,3%	-12,6	-35,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	75,7	141,5	91,7	-49,8	-35,2%	16,0	21,1%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	22.008,0	18.476,6	20.223,7	1.747,1	9,5%	-1.784,3	-8,1%
IV.4.1 PAC	3.792,3	1.152,6	1.544,6	392,0	34,0%	-2.247,7	-59,3%
d/q MCMV	390,2	82,1	75,3	-6,8	-8,3%	-314,8	-80,7%
IV.4.3 Emissões de TDA	2,8	0,0	0,0	0,0	-	-2,8	-100,0%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	17.136,5	16.549,9	17.663,1	1.113,1	6,7%	526,6	3,1%
IV.4.4 LEIU/MPU	1.076,4	774,1	1.016,0	241,9	31,3%	-60,4	-5,6%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-8.253,5	-26.342,6	-11.061,1	15.281,5	-58,0%	-2.807,5	34,0%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	405,3	274,7					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.505,0	-2.773,5					
IX. RESULTADO PRIMARIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-9.353,3	-28.841,4					
X. JUROS NOMINAIS	8.520,0	-23.731,1					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-833,3	-52.572,5					

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/17 Jan-Mar/16	
I. RECEITA TOTAL	328.994,4	334.434,1	5.439,7	1,7%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	205.957,9	216.171,5	10.213,5	5,0%
I.1.1 Imposto de Importação	8.489,6	7.345,6	-1.144,0	-13,5%
I.1.2 IPI	10.651,0	10.287,6	-363,4	-3,4%
I.1.3 Imposto de Renda	85.746,8	96.025,0	10.278,2	12,0%
I.1.4 IOF	8.389,8	8.093,0	-296,7	-3,5%
I.1.5 COFINS	51.255,8	50.495,7	-760,1	-1,5%
I.1.6 PIS/PASEP	14.009,9	14.020,0	10,1	0,1%
I.1.7 CSLL	21.912,4	24.469,6	2.557,2	11,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.424,9	1.366,8	-58,0	-4,1%
I.1.10 Outras	4.077,7	4.067,9	-9,8	-0,2%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,5	0,0	10,5	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	83.651,9	84.305,3	653,4	0,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	39.395,0	33.957,2	-5.437,7	-13,8%
I.4.1 Concessões e Permissões	11.635,4	560,2	-11.075,2	-95,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	392,8	1.772,1	1.379,3	351,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.699,6	3.057,3	357,7	13,2%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	5.646,9	9.160,1	3.513,2	62,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	3.222,2	3.275,9	53,8	1,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	5.759,9	5.859,5	99,6	1,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.320,7	1.304,2	-16,5	-1,2%
I.4.8 Operações com Ativos	69,3	261,9	192,6	277,9%
I.4.9 Demais Receitas	8.648,2	8.706,1	57,9	0,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	52.682,8	58.964,0	6.281,2	11,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	42.940,3	47.016,2	4.075,9	9,5%
II.2 Fundos Constitucionais	1.829,7	2.106,2	276,5	15,1%
II.2.1 Repasse Total	2.850,8	3.133,9	283,1	9,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.021,1	-1.027,7	-6,6	0,6%
II.3 Contribuição do Salário Educação	3.439,2	3.512,4	73,2	2,1%
II.4 Compensações Financeiras	3.990,8	5.671,2	1.680,4	42,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	321,8	433,5	111,6	34,7%
II.6 Demais	161,0	224,6	63,6	39,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	276.311,6	275.470,0	-841,5	-0,3%
IV. DESPESA TOTAL	294.371,2	293.767,2	-603,9	-0,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	112.631,8	124.314,8	11.683,0	10,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	59.970,0	67.414,3	7.444,3	12,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	57.772,5	51.268,1	-6.504,3	-11,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	18.871,0	18.095,2	-775,9	-4,1%
IV.3.2 Anistiados	59,6	53,9	-5,7	-9,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	114,8	0,0	-114,8	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	130,3	144,4	14,1	10,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	11.956,8	13.114,7	1.157,9	9,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.320,7	1.304,2	-16,5	-1,2%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.499,3	235,3	-1.264,0	-84,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.703,9	3.149,4	-2.554,5	-44,8%
IV.3.10 Convênios	58,5	42,0	-16,5	-28,2%
IV.3.11 Doações	65,2	13,1	-52,1	-79,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	57,6	52,6	-5,0	-8,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	4.093,0	4.452,9	359,9	8,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	236,6	375,0	138,4	58,5%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	495,3	487,5	-7,8	-1,6%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	317,0	327,5	10,5	3,3%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	12.574,8	9.126,6	-3.448,2	-27,4%
IV.3.21 Transferências ANA	69,4	45,6	-23,8	-34,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	148,6	248,2	99,6	67,1%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	63.996,9	50.770,0	-13.226,9	-20,7%
IV.4.1 PAC	10.588,3	3.478,8	-7.109,5	-67,1%
d/q MCMV	1.622,9	235,1	-1.387,8	-85,5%
IV.4.3 Emissões de TDA	2,7	0,0	-2,7	-100,0%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	50.656,3	44.970,8	-5.685,5	-11,2%
IV.4.4 LEIU/MPU	2.749,6	2.320,4	-429,3	-15,6%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-18.059,6	-18.297,2	-237,6	1,3%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	1.245,4			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2.335,5			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-14.478,6			
X. JUROS NOMINAIS	-58.039,6			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-72.518,2			

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Mar/17 - IPCA



Discriminação	2016 Jan-Mar	2017 Jan-Mar	Diferença Jan-Mar/17 Jan-Mar/16	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	346.405,3	335.467,4	-10.937,9	-3,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	216.880,9	216.875,7	-5,2	0,0%
I.1.1 Imposto de Importação	8.931,3	7.365,9	-1.565,4	-17,5%
I.1.2 IPI	11.207,8	10.317,4	-890,4	-7,9%
I.1.3 Imposto de Renda	90.350,7	96.355,3	6.004,6	6,6%
I.1.4 IOF	8.828,8	8.116,8	-712,0	-8,1%
I.1.5 COFINS	53.932,9	50.644,2	-3.288,7	-6,1%
I.1.6 PIS/PASEP	14.741,5	14.061,4	-680,1	-4,6%
I.1.7 CSLL	23.103,4	24.564,9	1.461,6	6,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.499,1	1.370,8	-128,3	-8,6%
I.1.10 Outras	4.285,4	4.079,0	-206,4	-4,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,9	0,0	10,9	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	87.979,9	84.532,5	-3.447,3	-3,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	41.555,5	34.059,2	-7.496,3	-18,0%
I.4.1 Concessões e Permissões	12.326,8	562,4	-11.764,3	-95,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	410,8	1.772,4	1.361,7	331,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.839,4	3.065,8	226,3	8,0%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	5.956,5	9.196,6	3.240,1	54,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	3.389,7	3.283,9	-105,8	-3,1%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	6.067,2	5.879,2	-187,9	-3,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.389,8	1.305,4	-84,4	-6,1%
I.4.8 Operações com Ativos	72,5	262,7	190,2	262,4%
I.4.9 Demais Receitas	9.102,9	8.730,6	-372,3	-4,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	55.430,0	59.134,3	3.704,3	6,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	45.182,7	47.153,4	1.970,8	4,4%
II.2 Fundos Constitucionais	1.924,7	2.111,8	187,2	9,7%
II.2.1 Repasse Total	2.999,7	3.142,9	143,2	4,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.075,0	-1.031,1	43,9	-4,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	3.616,2	3.521,9	-94,3	-2,6%
II.4 Compensações Financeiras	4.195,6	5.685,4	1.489,9	35,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	341,0	436,0	95,0	27,8%
II.6 Demais	169,9	225,7	55,8	32,8%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	290.975,3	276.333,0	-14.642,3	-5,0%
IV. DESPESA TOTAL	309.765,9	294.585,3	-15.180,6	-4,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	118.448,5	124.653,5	6.204,9	5,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	63.101,0	67.609,7	4.508,7	7,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	60.881,8	51.435,8	-9.446,0	-15,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	19.856,2	18.142,1	-1.714,1	-8,6%
IV.3.2 Anistiados	62,6	54,0	-8,6	-13,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	120,5	0,0	-120,5	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	137,0	144,8	7,8	5,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	12.575,6	13.150,6	575,0	4,6%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.389,8	1.305,4	-84,4	-6,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.581,5	236,0	-1.345,4	-85,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	6.001,3	3.158,1	-2.843,1	-47,4%
IV.3.10 Convênios	61,6	42,1	-19,5	-31,6%
IV.3.11 Doações	69,0	13,2	-55,9	-80,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	60,5	52,8	-7,7	-12,8%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	4.318,5	4.470,4	151,9	3,5%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	248,9	375,9	127,0	51,0%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	521,0	488,8	-32,2	-6,2%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	334,0	328,3	-5,6	-1,7%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	13.314,6	9.178,9	-4.135,7	-31,1%
IV.3.21 Transferências ANA	72,9	45,7	-27,2	-37,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	156,5	248,7	92,2	58,9%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	67.334,6	50.886,4	-16.448,2	-24,4%
IV.4.1 PAC	11.138,9	3.486,2	-7.652,7	-68,7%
d/q MCMV	1.708,2	235,8	-1.472,4	-86,2%
IV.4.3 Emissões de TDA	2,8	0,0	-2,8	-100,0%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	53.302,8	45.074,8	-8.228,0	-15,4%
IV.4.4 LEJU/MPU	2.890,1	2.325,4	-564,7	-19,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-18.790,6	-18.252,3	538,3	-2,9%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	1.307,8			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2.515,0			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-14.967,8			
X. JUROS NOMINAIS	-61.452,2			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-76.420,0			

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017		Diferença Mar/17 Fev/17	Variação (%)	Diferença Mar/17 Mar/16	Variação (%)
	Março	Fevereiro	Março				
I. RECEITA TOTAL	98.189,6	94.092,0	102.907,1	8.815,2	9,4%	4.717,6	4,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	61.374,2	56.986,6	62.449,2	5.462,6	9,6%	1.075,0	1,8%
I.1.1 Imposto de Importação	2.820,9	2.057,3	2.693,2	635,9	30,9%	-127,7	-4,5%
I.1.2 IPI	3.486,0	3.220,8	3.328,5	107,7	3,3%	-157,5	-4,5%
I.1.2.1 IPI - Fumo	468,3	417,2	497,3	80,1	19,2%	29,0	6,2%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	203,2	232,2	235,8	3,6	1,6%	32,7	16,1%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	157,4	249,0	287,6	38,6	15,5%	130,2	82,8%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.273,1	818,7	1.127,9	309,2	37,8%	-145,2	-11,4%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.384,1	1.503,7	1.179,9	-323,7	-21,5%	-204,1	-14,7%
I.1.3 Imposto de Renda	23.232,1	23.576,1	25.721,6	2.145,5	9,1%	2.489,5	10,7%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.039,2	1.089,0	1.226,0	137,1	12,6%	186,9	18,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	7.818,2	9.088,0	8.645,1	-442,9	-4,9%	826,9	10,6%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.374,7	13.399,1	15.850,4	2.451,3	18,3%	1.475,7	10,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.435,5	7.664,6	9.047,5	1.382,9	18,0%	612,0	7,3%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.199,9	3.517,8	3.625,1	107,3	3,1%	425,2	13,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.978,5	1.431,8	2.414,0	982,2	68,6%	435,5	22,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	760,8	784,9	763,8	-21,1	-2,7%	3,0	0,4%
I.1.4 IOF	2.604,3	2.817,8	2.395,6	-422,2	-15,0%	-208,8	-8,0%
I.1.5 COFINS	16.773,2	15.587,5	16.054,3	466,8	3,0%	-718,8	-4,3%
I.1.6 PIS/PASEP	4.518,5	4.369,7	4.408,0	38,3	0,9%	-110,5	-2,4%
I.1.7 CSL	5.690,4	4.507,4	5.489,7	982,3	21,8%	-200,7	-3,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	460,7	427,6	439,7	12,0	2,8%	-21,0	-4,6%
I.1.10 Outras	1.788,2	422,4	1.918,7	1.496,3	354,3%	130,5	7,3%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,5	0,0	0,0	-	-	10,5	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	28.525,9	28.402,0	29.005,9	603,9	2,1%	480,0	1,7%
I.3.1 Urbana	27.901,2	27.864,5	28.363,7	499,2	1,8%	462,5	1,7%
I.3.2 Rural	624,7	537,5	642,2	104,7	19,5%	17,5	2,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.299,9	8.703,4	11.452,0	2.748,6	31,6%	3.152,1	38,0%
I.4.1 Concessões e Permissões	64,4	92,1	116,1	24,0	26,1%	51,7	80,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	390,2	5,2	1.706,6	1.701,4	-	1.316,5	337,4%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	912,8	1.006,3	1.025,8	19,5	1,9%	113,0	12,4%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.161,7	1.875,8	1.796,2	-79,7	-4,2%	634,5	54,6%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.076,1	957,4	1.359,9	402,5	42,0%	283,8	26,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.540,5	1.574,0	1.558,0	-16,0	-1,0%	17,5	1,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	376,1	473,4	830,8	357,3	75,5%	454,7	120,9%
I.4.8 Operações com Ativos	69,3	84,4	79,0	-5,4	-6,4%	9,7	14,0%
I.4.9 Demais Receitas	2.708,8	2.634,7	2.979,6	344,9	13,1%	270,8	10,0%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.368,2	24.960,9	15.420,6	-9.540,2	-38,2%	2.052,4	15,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	10.891,6	19.489,8	12.273,7	-7.216,1	-37,0%	1.382,1	12,7%
II.2 Fundos Constitucionais	580,5	780,1	691,3	-88,7	-11,4%	110,8	19,1%
II.2.1 Repasse Total	719,6	1.245,0	873,2	-371,8	-29,9%	153,5	21,3%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-139,1	-465,0	-181,8	283,1	-60,9%	-42,7	30,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	941,4	1.632,8	945,6	-687,2	-42,1%	4,2	0,4%
II.4 Compensações Financeiras	928,8	3.031,8	1.488,6	-1.543,2	-50,9%	559,8	60,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.6 Demais	25,9	26,3	21,3	-5,0	-19,1%	-4,6	-17,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	84.821,4	69.131,1	87.486,5	18.355,4	26,6%	2.665,2	3,1%

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Mar/17 - IPCA



Discriminação	2016	2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Março	Fevereiro	Março	Mar/17		Fev/17	Mar/17
I. RECEITA TOTAL	102.677,9	94.327,1	102.907,1	8.580,0	9,1%	229,2	0,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	64.179,7	57.129,0	62.449,2	5.320,2	9,3%	-1.730,5	-2,7%
I.1.1 Imposto de Importação	2.949,8	2.062,4	2.693,2	630,7	30,6%	-256,6	-8,7%
I.1.2 IPI	3.645,3	3.228,8	3.328,5	99,7	3,1%	-316,8	-8,7%
I.1.2.1 IPI - Fumo	489,7	418,2	497,3	79,0	18,9%	7,6	1,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	212,5	232,8	235,8	3,0	1,3%	23,4	11,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	164,5	249,6	287,6	38,0	15,2%	123,1	74,8%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.331,3	820,7	1.127,9	307,1	37,4%	-203,4	-15,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.447,3	1.507,4	1.179,9	-327,5	-21,7%	-267,4	-18,5%
I.1.3 Imposto de Renda	24.294,0	23.635,0	25.721,6	2.086,6	8,8%	1.427,5	5,9%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.086,7	1.091,7	1.226,0	134,3	12,3%	139,4	12,8%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	8.175,6	9.110,7	8.645,1	-465,6	-5,1%	469,5	5,7%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	15.031,8	13.432,6	15.850,4	2.417,9	18,0%	818,7	5,4%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.821,1	7.683,8	9.047,5	1.363,7	17,7%	226,4	2,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.346,2	3.526,6	3.625,1	98,5	2,8%	278,9	8,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.069,0	1.435,4	2.414,0	978,6	68,2%	345,1	16,7%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	795,5	786,8	763,8	-23,0	-2,9%	-31,7	-4,0%
I.1.4 IOF	2.723,4	2.824,8	2.395,6	-429,2	-15,2%	-327,8	-12,0%
I.1.5 COFINS	17.539,9	15.626,5	16.054,3	427,8	2,7%	-1.485,5	-8,5%
I.1.6 PIS/PASEP	4.725,0	4.380,6	4.408,0	27,4	0,6%	-317,0	-6,7%
I.1.7 CSLL	5.950,6	4.518,7	5.489,7	971,0	21,5%	-460,9	-7,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	481,7	428,7	439,7	11,0	2,6%	-42,1	-8,7%
I.1.10 Outras	1.869,9	423,4	1.918,7	1.495,3	353,1%	48,8	2,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,9	0,0	0,0	0,0	-	10,9	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	29.829,9	28.473,0	29.005,9	532,9	1,9%	-824,0	-2,8%
I.3.1 Urbana	29.176,6	27.934,1	28.363,7	429,6	1,5%	-812,9	-2,8%
I.3.2 Rural	653,2	538,8	642,2	103,4	19,2%	-11,0	-1,7%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.679,3	8.725,1	11.452,0	2.726,9	31,3%	2.772,7	31,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	67,4	92,3	116,1	23,8	25,8%	48,8	72,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	408,0	5,2	1.706,6	1.701,4	-	1.298,6	318,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	954,5	1.008,8	1.025,8	17,0	1,7%	71,3	7,5%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.214,8	1.880,5	1.796,2	-84,3	-4,5%	581,4	47,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.125,3	959,8	1.359,9	400,1	41,7%	234,6	20,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.611,0	1.577,9	1.558,0	-19,9	-1,3%	-52,9	-3,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	393,3	474,6	830,8	356,1	75,0%	437,5	111,2%
I.4.8 Operações com Ativos	72,5	84,6	79,0	-5,6	-6,7%	6,5	9,0%
I.4.9 Demais Receitas	2.832,6	2.641,3	2.979,6	338,3	12,8%	147,0	5,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.979,3	25.023,2	15.420,6	-9.602,6	-38,4%	1.441,3	10,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.389,4	19.538,5	12.273,7	-7.264,8	-37,2%	884,3	7,8%
II.2 Fundos Constitucionais	607,1	782,0	691,3	-90,7	-11,6%	84,3	13,9%
II.2.1 Repasse Total	752,5	1.248,1	873,2	-374,9	-30,0%	120,6	16,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-145,5	-466,1	-181,8	284,3	-61,0%	-36,4	25,0%
II.3 Contribuição do Salário Educação	984,4	1.636,9	945,6	-691,3	-42,2%	-38,8	-3,9%
II.4 Compensações Financeiras	971,3	3.039,4	1.488,6	-1.550,8	-51,0%	517,4	53,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.6 Demais	27,1	26,4	21,3	-5,1	-19,3%	-5,7	-21,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	88.698,6	69.303,9	87.486,5	18.182,6	26,2%	-1.212,1	-1,4%

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/17 Jan-Mar/16	
I. RECEITA TOTAL	328.994,4	334.434,1	5.439,7	1,7%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	205.957,9	216.171,5	10.213,5	5,0%
I.1.1 Imposto de Importação	8.489,6	7.345,6	-1.144,0	-13,5%
I.1.2 IPI	10.651,0	10.287,6	-363,4	-3,4%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.615,1	1.122,6	-492,5	-30,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	584,4	776,2	191,8	32,8%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	636,5	910,6	274,1	43,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	3.515,8	3.045,1	-470,7	-13,4%
I.1.2.5 IPI - Outros	4.299,1	4.433,1	134,0	3,1%
I.1.3 Imposto de Renda	85.746,8	96.025,0	10.278,2	12,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.901,0	4.914,2	1.013,2	26,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	35.535,7	40.259,1	4.723,5	13,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	46.310,1	50.851,6	4.541,5	9,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	25.999,3	28.499,4	2.500,1	9,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	11.394,8	12.628,2	1.233,4	10,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	6.260,0	7.098,8	838,8	13,4%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.656,0	2.625,2	-30,8	-1,2%
I.1.4 IOF	8.389,8	8.093,0	-296,7	-3,5%
I.1.5 COFINS	51.255,8	50.495,7	-760,1	-1,5%
I.1.6 PIS/PASEP	14.009,9	14.020,0	10,1	0,1%
I.1.7 CSLL	21.912,4	24.469,6	2.557,2	11,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.424,9	1.366,8	-58,0	-4,1%
I.1.10 Outras	4.077,7	4.067,9	-9,8	-0,2%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,5	0,0	10,5	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	83.651,9	84.305,3	653,4	0,8%
I.3.1 Urbana	81.924,7	82.540,5	615,8	0,8%
I.3.2 Rural	1.727,2	1.764,8	37,6	2,2%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	39.395,0	33.957,2	-5.437,7	-13,8%
I.4.1 Concessões e Permissões	11.635,4	560,2	-11.075,2	-95,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	392,8	1.772,1	1.379,3	351,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.699,6	3.057,3	357,7	13,2%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.646,9	9.160,1	3.513,2	62,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	3.222,2	3.275,9	53,8	1,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	5.759,9	5.859,5	99,6	1,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.320,7	1.304,2	-16,5	-1,2%
I.4.8 Operações com Ativos	69,3	261,9	192,6	277,9%
I.4.9 Demais Receitas	8.648,2	8.706,1	57,9	0,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	52.682,8	58.964,0	6.281,2	11,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	42.940,3	47.016,2	4.075,9	9,5%
II.2 Fundos Constitucionais	1.829,7	2.106,2	276,5	15,1%
II.2.1 Repasse Total	2.850,8	3.133,9	283,1	9,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.021,1	-1.027,7	-6,6	0,6%
II.3 Contribuição do Salário Educação	3.439,2	3.512,4	73,2	2,1%
II.4 Compensações Financeiras	3.990,8	5.671,2	1.680,4	42,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	321,8	433,5	111,6	34,7%
II.6 Demais	161,0	224,6	63,6	39,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	276.311,6	275.470,0	-841,5	-0,3%

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
 R\$ Milhões - Valores de mar/17 - IPCA



Discriminação	2016	2017	Diferença Jan-Mar/17 Jan-Mar/16	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar		
I. RECEITA TOTAL	346.405,3	335.467,4	-10.937,9	-3,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	216.880,9	216.875,7	-5,2	0,0%
I.1.1 Imposto de Importação	8.931,3	7.365,9	-1.565,4	-17,5%
I.1.2 IPI	11.207,8	10.317,4	-890,4	-7,9%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.701,3	1.124,9	-576,4	-33,9%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	614,4	778,5	164,1	26,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	671,1	913,4	242,3	36,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	3.697,5	3.053,5	-643,9	-17,4%
I.1.2.5 IPI - Outros	4.523,5	4.447,0	-76,4	-1,7%
I.1.3 Imposto de Renda	90.350,7	96.355,3	6.004,6	6,6%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	4.110,8	4.932,0	821,2	20,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	37.487,7	40.412,7	2.924,9	7,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	48.752,1	51.010,6	2.258,5	4,6%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	27.364,7	28.587,0	1.222,3	4,5%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	11.999,5	12.668,9	669,4	5,6%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	6.590,7	7.121,2	530,5	8,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.797,2	2.633,4	-163,8	-5,9%
I.1.4 IOF	8.828,8	8.116,8	-712,0	-8,1%
I.1.5 COFINS	53.932,9	50.644,2	-3.288,7	-6,1%
I.1.6 PIS/PASEP	14.741,5	14.061,4	-680,1	-4,6%
I.1.7 CSLL	23.103,4	24.564,9	1.461,6	6,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.499,1	1.370,8	-128,3	-8,6%
I.1.10 Outras	4.285,4	4.079,0	-206,4	-4,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,9	0,0	10,9	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	87.979,9	84.532,5	-3.447,3	-3,9%
I.3.1 Urbana	86.163,5	82.763,0	-3.400,5	-3,9%
I.3.2 Rural	1.816,4	1.769,6	-46,8	-2,6%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	41.555,5	34.059,2	-7.496,3	-18,0%
I.4.1 Concessões e Permissões	12.326,8	562,4	-11.764,3	-95,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	410,8	1.772,4	1.361,7	331,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.839,4	3.065,8	226,3	8,0%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.956,5	9.196,6	3.240,1	54,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	3.389,7	3.283,9	-105,8	-3,1%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	6.067,2	5.879,2	-187,9	-3,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.389,8	1.305,4	-84,4	-6,1%
I.4.8 Operações com Ativos	72,5	262,7	190,2	262,4%
I.4.9 Demais Receitas	9.102,9	8.730,6	-372,3	-4,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	55.430,0	59.134,3	3.704,3	6,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	45.182,7	47.153,4	1.970,8	4,4%
II.2 Fundos Constitucionais	1.924,7	2.111,8	187,2	9,7%
II.2.1 Repasse Total	2.999,7	3.142,9	143,2	4,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.075,0	-1.031,1	43,9	-4,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	3.616,2	3.521,9	-94,3	-2,6%
II.4 Compensações Financeiras	4.195,6	5.685,4	1.489,9	35,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	341,0	436,0	95,0	27,8%
II.6 Demais	169,9	225,7	55,8	32,8%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	290.975,3	276.333,0	-14.642,3	-5,0%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017		Diferença Mar/17 Fev/17	Variação (%)	Diferença Mar/17 Mar/16	Variação (%)
	Março	Fevereiro	Março				
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	390,2		5,2	1.706,6	1.701,4	-	1.316,5
Banco do Brasil	274,5	0,0	142,5	142,5	-	-132,0	-48,1%
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	1.564,1	1.564,1	-	1.564,1	-
Caixa	57,1	0,0	0,0	0,0	-	-57,1	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	58,5	3,6	0,0	-3,6	-100,0%	-58,5	-100,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	0,1	1,6	0,0	-1,6	-99,9%	-0,1	-97,9%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de mar/17 - IPCA

Discriminação	2016	2017		Diferença Dez/16 Nov/16	Variação (%)	Diferença Dez/16 Dez/15	Variação (%)
	Março	Fevereiro	Março				
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	408,0		5,2	1.706,6	1.701,4	-	1.298,6
Banco do Brasil	287,0	0,0	142,5	142,5	-	-144,6	-50,4%
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	1.564,1	1.564,1	-	1.564,1	-
Caixa	59,7	0,0	0,0	0,0	-	-59,7	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	61,2	3,6	0,0	-3,6	-100,0%	-61,2	-100,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	0,1	1,6	0,0	-1,6	-99,9%	-0,1	-98,0%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/17 Jan-Mar/16	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	392,8	1.772,1	1.379,3	351,2%
Banco do Brasil	274,5	142,5	-132,0	-0,5
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	1.564,1	1.564,1	-
Caixa	57,1	0,0	-57,1	-1,0
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	58,5	3,6	-54,9	-0,9
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	2,7	61,8	59,1	-

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de mar/17 - IPCA

Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Dez/16 Jan-Dez/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	410,8	1.772,4	1.361,7	331,5%
Banco do Brasil	287,0	142,5	-144,6	-0,5
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	1.564,1	1.564,1	-
Caixa	59,7	0,0	-59,7	-1,0
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	61,2	3,6	-57,5	-0,9
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	2,8	62,2	59,3	-

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017		Diferença Mar/17	Variação (%)	Diferença Mar/17	Variação (%)
		Março	Fevereiro				
IV. DESPESA TOTAL	92.714,1	95.408,0	98.547,6	3.139,6	3,3%	5.833,5	6,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	38.782,0	41.950,0	42.095,1	145,1	0,3%	3.313,1	8,5%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	30.278,9	32.859,7	32.970,5	110,7	0,3%	2.691,6	8,9%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	267,9	290,4	442,0	151,6	52,2%	174,1	65,0%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	8.503,1	9.090,3	9.124,7	34,4	0,4%	621,6	7,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	75,6	80,7	122,9	42,2	52,2%	47,3	62,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	18.975,4	21.886,8	21.313,8	-572,9	-2,6%	2.338,5	12,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	99,1	85,4	191,2	105,8	123,8%	92,1	93,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.910,8	13.140,7	14.915,0	1.774,3	13,5%	1.004,2	7,2%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.679,6	5.534,2	6.867,6	1.333,4	24,1%	1.187,9	20,9%
Abono	2.776,8	2.636,2	2.841,9	205,6	7,8%	65,0	2,3%
Seguro Desemprego	2.902,8	2.898,0	4.025,7	1.127,7	38,9%	1.122,9	38,7%
d/q Seguro Defeso	193,9	467,3	603,5	136,1	29,1%	409,6	211,2%
IV.3.2 Anistiados	29,3	18,1	23,0	4,9	27,2%	-6,2	-21,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	80,6	0,0	0,0	0,0	-	-80,6	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	44,9	50,0	49,5	-0,5	-1,0%	4,6	10,2%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.054,0	4.406,5	4.421,6	15,1	0,3%	367,6	9,1%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	40,0	45,5	61,9	16,3	35,8%	21,8	54,6%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	376,1	473,4	830,8	357,3	75,5%	454,7	120,9%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	352,0	76,8	65,4	-11,4	-14,8%	-286,5	-81,4%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.783,1	1.010,0	1.070,1	60,2	6,0%	-713,0	-40,0%
IV.3.10 Convênios	21,8	14,3	18,9	4,6	32,4%	-2,9	-13,3%
IV.3.11 Doações	2,7	5,5	5,3	-0,2	-4,0%	2,5	93,1%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	25,7	16,0	18,2	2,2	13,7%	-7,5	-29,1%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	800,9	919,0	919,0	0,0	0,0%	118,1	14,7%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	81,1	145,2	135,2	-10,0	-6,9%	54,0	66,6%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	162,5	162,5	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	84,7	93,7	131,6	37,9	40,5%	46,9	55,4%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	225,2	63,9	81,6	17,7	27,7%	-143,6	-63,8%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	186,2	97,7	58,7	-39,0	-39,9%	-127,6	-68,5%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	23,8	22,3	18,3	-4,0	-17,9%	-5,5	-23,3%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	7,1	6,1	3,8	-2,3	-38,2%	-3,4	-47,2%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-68,4	-45,6	-222,5	-176,9	387,6%	-154,1	225,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-71,9%	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-85,7	-47,4	-222,8	-175,3	369,6%	-137,1	160,0%
Garantia à Sustentação de Preços	17,2	1,8	0,3	-1,5	-84,8%	-17,0	-98,4%
IV.3.20.1.4 Pronaf	20,1	23,0	43,6	20,6	89,7%	23,5	117,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	14,2	25,2	46,6	21,4	84,8%	32,4	228,6%
Concessão de Financiamento	5,9	-2,2	-3,0	-0,8	35,2%	8,9	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	46,3	88,8	73,7	-15,1	-17,0%	27,4	59,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	77,6	46,5	62,7	16,2	34,9%	-14,9	-19,2%
Concessão de Financiamento	-31,3	42,3	11,0	-31,3	-74,1%	42,3	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	25,4	1,3	0,0	-1,2	-99,0%	-25,4	-100,0%
IV.3.20.1.7 Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-4,5	-4,1	-3,8	0,3	-8,4%	0,7	-15,9%
IV.3.20.1.12 Funcafá	17,8	2,4	8,1	5,7	241,0%	-9,6	-54,2%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4,1	2,9	4,5	1,6	54,2%	0,4	9,6%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	118,8	0,0	133,0	133,0	-	14,2	11,9%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,8	0,0	-0,8	-100,0%	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-4,3	0,0	0,0	0,0	-	4,3	-
IV.3.20.2 Proagro	105,0	73,9	73,9	0,0	0,0%	-31,1	-29,6%
IV.3.20.3 PNAFE	-66,0	-107,7	-51,0	56,7	-52,7%	15,1	-22,8%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	34,0	10,5	23,0	12,6	119,9%	-11,0	-32,4%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	72,4	141,2	91,7	-49,5	-35,1%	19,3	26,7%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	21.046,0	18.430,5	20.223,7	1.793,1	9,7%	-822,3	-3,9%
IV.4.1 Discretionárias Executivo	20.016,6	17.658,4	19.207,6	1.549,3	8,8%	-809,0	-4,0%
IV.4.1.1 PAC	3.626,5	1.149,7	1.544,6	394,9	34,3%	-2.081,9	-57,4%
d/q MCMV	373,1	81,9	75,3	-6,6	-8,1%	-297,8	-79,8%
IV.4.1.2 Demais	16.387,4	16.508,7	17.663,1	1.154,4	7,0%	1.275,7	7,8%
Min. da Saúde	7.943,4	9.195,0	8.650,9	-544,1	-5,9%	707,5	8,9%
Min. do Des. Social	2.293,5	2.711,2	2.777,6	66,5	2,5%	484,1	21,1%
Min. da Educação	2.245,9	2.005,4	2.539,2	533,7	26,6%	293,3	13,1%
Demais	3.904,6	2.597,0	3.695,4	1.098,3	42,3%	-209,2	-5,4%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	2,7	0,0	0,0	0,0	-	-2,7	-100,0%
IV.4.2 LEU/MPU	1.029,4	772,1	1.016,0	243,9	31,6%	-13,3	-1,3%
Legislativo	142,6	97,1	168,4	71,3	73,4%	25,8	18,1%
Judiciário	673,4	522,1	670,9	148,9	28,5%	-2,4	-0,4%
Demais	213,4	153,0	176,7	23,7	15,5%	-36,7	-17,2%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de mar/17 - IPCA

Discriminação	2016	2017		Diferença Mar/17	Variação (%) Fev/17	Diferença Mar/17	Variação (%) Mar/16
		Março	Fevereiro				
IV. DESPESA TOTAL	96.952,2	95.646,5	98.547,6	2.901,1	3,0%	1.595,4	1,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	40.554,8	42.054,9	42.095,1	40,3	0,1%	1.540,4	3,8%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	31.663,0	32.941,8	32.970,5	28,6	0,1%	1.307,5	4,1%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	280,1	291,1	442,0	150,9	51,8%	161,8	57,8%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	8.891,8	9.113,0	9.124,7	11,7	0,1%	232,9	2,6%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	79,1	80,9	122,9	41,9	51,8%	43,8	55,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.842,7	21.941,4	21.313,8	-627,6	-2,9%	1.471,1	7,4%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	103,6	85,6	191,2	105,6	123,3%	87,6	84,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.546,7	13.173,6	14.915,0	1.741,4	13,2%	368,3	2,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.939,3	5.548,0	6.867,6	1.319,5	23,8%	928,3	15,6%
Abono	2.903,8	2.642,8	2.841,9	199,1	7,5%	-61,9	-2,1%
Seguro Desemprego	3.035,5	2.905,2	4.025,7	1.120,5	38,6%	990,2	32,6%
d/q <i>Seguro Defeso</i>	202,8	468,5	603,5	135,0	28,8%	400,7	197,6%
IV.3.2 Anistiados	30,6	18,1	23,0	4,9	26,9%	-7,6	-24,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	84,3	0,0	0,0	0,0	-	-84,3	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,0	50,1	49,5	-0,6	-1,2%	2,5	5,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.239,4	4.417,6	4.421,6	4,0	0,1%	182,2	4,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	41,8	45,7	61,9	16,2	35,5%	20,0	47,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	393,3	474,6	830,8	356,1	75,0%	437,5	111,2%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	368,1	77,0	65,4	-11,6	-15,0%	-302,6	-82,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.864,6	1.012,5	1.070,1	57,7	5,7%	-794,5	-42,6%
IV.3.10 Convênios	22,8	14,3	18,9	4,6	32,0%	-3,9	-17,1%
IV.3.11 Doações	2,8	5,5	5,3	-0,2	-4,3%	2,4	84,7%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	26,9	16,1	18,2	2,2	13,4%	-8,6	-32,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	837,5	921,3	919,0	-2,3	-0,2%	81,5	9,7%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	84,9	145,5	135,2	-10,4	-7,1%	50,3	59,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	169,9	162,9	162,5	-0,4	-0,2%	-7,4	-4,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fóiseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	88,5	93,9	131,6	37,7	40,1%	43,0	48,6%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	235,5	64,1	81,6	17,5	27,3%	-153,9	-65,3%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	194,8	98,0	58,7	-39,3	-40,1%	-136,1	-69,9%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	24,9	22,3	18,3	-4,1	-18,1%	-6,6	-26,6%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-71,5	-45,7	-222,5	-176,8	386,4%	-151,0	211,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-89,6	-47,6	-222,8	-175,2	368,4%	-133,2	148,6%
Garantia à Sustentação de Preços	18,0	1,8	0,3	-1,5	-84,8%	-17,7	-98,5%
IV.3.20.1.4 Pronaf	21,0	23,0	43,6	20,5	89,2%	22,6	107,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	14,8	25,3	46,6	21,3	84,4%	31,8	214,3%
Concessão de Financiamento	6,1	-2,3	-3,0	-0,8	34,9%	-9,2	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	48,5	89,0	73,7	-15,3	-17,2%	25,2	52,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	81,2	46,6	62,7	16,1	34,6%	-18,4	-22,7%
Concessão de Financiamento	-32,7	42,4	11,0	-31,4	-74,1%	43,7	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	26,5	1,3	0,0	-1,3	-99,0%	-26,5	-100,0%
IV.3.20.1.7 Ácool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	1,0	2,0	1,0	100,0%	2,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-4,7	-4,1	-3,8	0,4	-8,6%	0,9	-19,6%
IV.3.20.1.12 Funcafé	18,6	2,4	8,1	5,7	240,0%	-10,4	-56,2%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4,3	2,9	4,5	1,6	53,8%	0,2	4,8%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	124,3	0,0	133,0	133,0	-	8,7	7,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,8	0,0	-0,8	-100,0%	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-4,5	0,0	0,0	0,0	-	4,5	-99,9%
IV.3.20.2 Proagro	109,8	74,1	73,9	-0,2	-0,2%	-35,9	-32,7%
IV.3.20.3 PNAFE	-69,1	-107,9	-51,0	57,0	-52,8%	18,1	-26,2%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	35,6	10,5	23,0	12,5	119,3%	-12,6	-35,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	75,7	141,5	91,7	-49,8	-35,2%	16,0	21,1%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	22.008,0	18.476,6	20.223,7	1.747,1	9,5%	-1.784,3	-8,1%
IV.4.1 Discretionárias Executivo	20.931,6	17.702,5	19.207,6	1.505,1	8,5%	-1.723,9	-8,2%
IV.4.1.1 PAC	3.792,3	1.152,6	1.544,6	392,0	34,0%	-2.247,7	-59,3%
d/q MCMV	390,2	82,1	75,3	-6,8	-8,3%	-314,8	-80,7%
IV.4.1.2 Demais	17.136,5	16.549,9	17.663,1	1.113,1	6,7%	526,6	3,1%
Min. da Saúde	8.306,5	9.218,0	8.650,9	-567,1	-6,2%	344,4	4,1%
Min. do Des. Social	2.398,4	2.717,9	2.777,6	59,7	2,2%	379,3	15,8%
Min. da Educação	2.348,5	2.010,5	2.539,2	528,7	26,3%	190,6	8,1%
Demais	4.083,1	2.603,5	3.695,4	1.091,8	41,9%	-387,7	-9,5%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	2,8	0,0	0,0	0,0	-	-2,8	-100,0%
IV.4.2 LEUJ/MPU	1.076,4	774,1	1.016,0	241,9	31,3%	-60,4	-5,6%
Legislativo	149,1	97,3	168,4	71,0	73,0%	19,3	12,9%
Judiciário	704,1	523,4	670,9	147,6	28,2%	-33,2	-4,7%
Demais	223,2	153,4	176,7	23,4	15,2%	46,4	20,8%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/17 Jan-Mar/16	
IV. DESPESA TOTAL	294.371,2	293.767,2	-603,9	-0,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	112.631,8	124.314,8	11.683,0	10,4%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	87.520,9	97.215,6	9.694,7	11,1%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.224,6	1.033,9	-190,7	-15,6%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	25.110,8	27.099,2	1.988,3	7,9%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	358,2	289,5	-68,7	-19,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	59.970,0	67.414,3	7.444,3	12,4%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	476,4	412,2	-64,2	-13,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	57.772,5	51.268,1	-6.504,3	-11,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	18.871,0	18.095,2	-775,9	-4,1%
Abono	9.604,3	7.900,8	-1.703,5	-17,7%
Seguro Desemprego	9.266,7	10.194,3	927,6	10,0%
d/q Seguro Defeso	679,3	1.353,7	674,4	99,3%
IV.3.2 Anistiados	59,6	53,9	-5,7	-9,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	114,8	0,0	-114,8	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	130,3	144,4	14,1	10,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	11.956,8	13.114,7	1.157,9	9,7%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	220,3	152,9	-67,4	-30,6%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.320,7	1.304,2	-16,5	-1,2%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.499,3	235,3	-1.264,0	-84,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.703,9	3.149,4	-2.554,5	-44,8%
IV.3.10 Convênios	58,5	42,0	-16,5	-28,2%
IV.3.11 Doações	65,2	13,1	-52,1	-79,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	57,6	52,6	-5,0	-8,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	4.093,0	4.452,9	359,9	8,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	236,6	375,0	138,4	58,5%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	495,3	487,5	-7,8	-1,6%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	317,0	327,5	10,5	3,3%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	12.574,8	9.126,6	-3.448,2	-27,4%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	12.009,8	9.063,6	-2.946,3	-24,5%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.121,5	1.119,2	-2,4	-0,2%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.807,4	1.172,8	-634,6	-35,1%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-52,8	-232,8	-179,9	340,5%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	66,4	40,8	-25,6	-38,6%
<i>Equalização Aquisições do Governo Federal</i>	-144,0	-275,6	-131,6	91,4%
<i>Garantia à Sustentação de Preços</i>	24,7	2,1	-22,7	-91,7%
IV.3.20.1.4 Pronaf	3.061,8	2.108,8	-953,0	-31,1%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	3.056,8	2.101,0	-955,8	-31,3%
<i>Concessão de Financiamento</i>	5,0	7,8	2,8	56,6%
<i>Aquisição</i>	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	287,5	281,6	-5,9	-2,1%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	199,7	156,3	-43,4	-21,7%
<i>Concessão de Financiamento</i>	87,8	125,3	37,4	42,7%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	154,4	43,5	-110,9	-71,8%
IV.3.20.1.7 Álcool	27,6	25,6	-2,0	-7,1%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-2,7	-18,4	-15,7	590,7%
IV.3.20.1.12 Funcafé	26,2	23,3	-3,0	-11,4%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	14,4	9,2	-5,2	-35,9%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.104,1	4.370,6	-733,5	-14,4%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EOPCD)	2,7	3,2	0,5	18,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	221,2	133,0	-88,2	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	202,2	0,0	-202,2	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	44,4	23,9	-20,5	-46,1%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-10,2	0,0	10,2	-
IV.3.20.2 Proagro	490,0	221,7	-268,3	-54,8%
IV.3.20.3 PNAFE	-63,2	-158,7	-95,5	151,2%
IV.3.20.4 PRODECER	138,1	0,0	-138,1	-
IV.3.21 Transferências ANA	69,4	45,6	-23,8	-34,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANFEL	148,6	248,2	99,6	67,1%
IV.4 Despesas Discretorionárias - Todos os Poderes	63.996,9	50.770,0	-13.226,9	-20,7%
IV.4.1 Discretorionárias Executivo	61.247,3	48.449,6	-12.797,6	-20,9%
IV.4.1.1 PAC	10.588,3	3.478,8	-7.109,5	-67,1%
d/q MCMV	1.622,9	235,1	-1.387,8	-85,5%
IV.4.1.2 Demais	50.656,3	44.970,8	-5.685,5	-11,2%
Min. da Saúde	23.372,4	22.346,0	-1.026,4	-4,4%
Min. do Des. Social	7.715,9	8.102,0	386,2	5,0%
Min. da Educação	8.401,3	8.401,3	0,0	0,0%
Demais	11.166,7	11.166,7	0,0	0,0%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	3,0	36,0	33,0	-
IV.4.2 LEIU/MPU	2.749,6	2.320,4	-429,3	-15,6%
Legislativo	362,4	327,9	-34,6	-9,5%
Judiciário	1.835,7	1.558,9	-276,8	-15,1%
Demais	551,5	433,6	-117,9	-21,4%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de mar/17 - IPCA



Discriminação	2016 Jan-Mar	2017 Jan-Mar	Diferença Jan-Mar/17 Jan-Mar/16	Variação (%)
IV. DESPESA TOTAL	309.765,9	294.585,3	-15.180,6	-4,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	118.448,5	124.653,5	6.204,9	5,2%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	92.038,1	97.480,0	5.441,9	5,9%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.291,5	1.036,4	-255,2	-19,8%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	26.410,4	27.173,5	763,1	2,9%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	377,8	290,2	-87,6	-23,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	63.101,0	67.609,7	4.508,7	7,1%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	502,6	413,2	-89,4	-17,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	60.881,8	51.435,8	-9.446,0	-15,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	19.856,2	18.142,1	-1.714,1	-8,6%
<i>Abono</i>	10.105,1	7.921,5	-2.183,6	-21,6%
<i>Seguro Desemprego</i>	9.751,0	10.220,6	469,5	4,8%
d/q <i>Seguro Defeso</i>	714,5	1.356,5	642,0	89,8%
IV.3.2 Anistiados	62,6	54,0	-8,6	-13,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	120,5	0,0	-120,5	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	137,0	144,8	7,8	5,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	12.575,6	13.150,6	575,0	4,6%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	232,5	153,3	-79,1	-34,0%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.389,8	1.305,4	-84,4	-6,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.581,5	236,0	-1.345,4	-85,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	6.001,3	3.158,1	-2.843,1	-47,4%
IV.3.10 Convênios	61,6	42,1	-19,5	-31,6%
IV.3.11 Doações	69,0	13,2	-55,9	-80,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	60,5	52,8	-7,7	-12,8%
IV.3.13 FUNDEB (Compl. União)	4.318,5	4.470,4	151,9	3,5%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	248,9	375,9	127,0	51,0%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	521,0	488,8	-32,2	-6,2%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	334,0	328,3	-5,6	-1,7%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	13.314,6	9.178,9	-4.135,7	-31,1%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	12.718,8	9.115,5	-3.603,2	-28,3%
IV.3.20.1.1 Equalização do custeio agropecuário	1.187,9	1.125,5	-62,4	-5,3%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.915,1	1.179,6	-735,5	-38,4%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-54,5	-232,7	-178,2	327,3%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	70,4	41,0	-29,4	-41,7%
<i>Equalização Aquisições do Governo Federal</i>	-150,7	-275,8	-125,0	83,0%
<i>Garantia à Sustentação de Preços</i>	25,9	2,1	-23,8	-92,0%
IV.3.20.1.4 Pronaf	3.241,9	2.120,7	-1.121,1	-34,6%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	3.236,7	2.112,9	-1.123,8	-34,7%
<i>Concessão de Financiamento</i>	5,2	7,9	2,6	50,8%
<i>Aquisição</i>	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	302,5	282,5	-20,0	-6,6%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	210,0	156,7	-53,3	-25,4%
<i>Concessão de Financiamento</i>	92,5	125,8	33,3	36,0%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	162,1	43,8	-118,3	-73,0%
IV.3.20.1.7 Álcool	29,2	25,8	-3,5	-11,8%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	3,0	3,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-2,7	-18,4	-15,7	583,1%
IV.3.20.1.12 Funcafé	27,5	23,3	-4,1	-15,1%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	15,1	9,3	-5,8	-38,6%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.408,5	4.396,0	-1.012,6	-18,7%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,8	3,2	0,3	12,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	232,8	133,0	-99,8	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	214,3	0,0	-214,3	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	47,0	24,1	-23,0	-48,8%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-10,8	0,0	10,8	-
IV.3.20.2 Proagro	516,8	222,3	-294,5	-57,0%
IV.3.20.3 PNAFE	-66,0	-158,9	-92,9	140,7%
IV.3.20.4 PRODECER	145,1	0,0	-145,1	-
IV.3.21 Transferências ANA	72,9	45,7	-27,2	-37,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	156,5	248,7	92,2	58,9%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	67.334,6	50.886,4	-16.448,2	-24,4%
IV.4.1 Discretionárias Executivo	64.444,6	48.561,0	-15.883,5	-24,6%
IV.4.1.1 PAC	11.138,9	3.486,2	-7.652,7	-68,7%
d/q <i>MCMV</i>	1.708,2	235,8	-1.472,4	-86,2%
IV.4.1.2 Demais	53.302,8	45.074,8	-8.228,0	-15,4%
<i>Min. da Saúde</i>	24.585,6	22.395,1	-2.190,4	-8,9%
<i>Min. do Des. Social</i>	8.121,1	8.124,0	2,9	0,0%
<i>Min. da Educação</i>	8.850,5	6.280,8	-2.569,7	-29,0%
<i>Demais</i>	11.745,7	8.274,9	-3.470,8	-29,5%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	2,8	0,0	-2,8	-100,0%
IV.4.2 LEIU/MPU	2.890,1	2.325,4	-564,7	-19,5%
Legislativo	381,0	328,5	-52,6	-13,8%
Judiciário	1.929,4	1.562,3	-367,1	-19,0%
<i>Demais</i>	579,7	434,6	-145,0	-25,0%

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	Jan-Mar/2016							Jan-Mar/2017							
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total			
INVESTIMENTO TOTAL	63.274,2	6.599,6	1.839,4	1.655,1	12.489,3	14.144,4	65.916,6	4.263,7	971,9	799,0	4.957,7	5.756,8			
Câmara dos Deputados	75,6	0,8	0,1	0,1	10,6	10,7	130,3	2,9	0,3	0,2	4,6	4,8			
Senado Federal	35,2	10,9	0,0	0,0	9,6	9,6	30,1	2,3	0,2	0,2	3,1	3,3			
Tribunal de Contas da União	72,3	27,5	0,4	0,4	21,9	22,3	61,6	5,2	0,4	0,4	19,0	19,4			
Supremo Tribunal Federal	16,6	1,2	0,3	0,3	2,7	3,0	26,5	3,4	0,2	0,2	0,5	0,7			
Superior Tribunal de Justiça	17,2	0,6	0,0	0,0	7,6	7,7	30,2	1,8	0,0	0,0	3,0	3,0			
Justiça Federal	242,3	14,8	0,7	0,7	49,6	50,3	394,9	19,2	1,7	1,7	23,9	25,6			
Justiça Militar	3,5	0,1	0,1	0,1	1,8	1,9	6,9	0,1	0,0	0,0	0,3	0,4			
Justiça Eleitoral	140,6	6,0	0,3	0,3	52,2	52,5	505,1	9,5	0,5	0,5	17,0	17,5			
Justiça do Trabalho	166,9	10,6	1,6	1,6	70,3	71,9	649,4	50,2	2,3	1,9	32,9	34,9			
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	42,2	2,9	0,6	0,1	22,2	22,3	127,7	0,8	0,0	0,0	3,0	3,0			
Conselho Nacional de Justiça	75,0	1,9	0,1	0,1	4,1	4,2	46,0	0,2	0,1	0,1	1,0	1,1			
Presidência da República ^{5/}	3.534,0	248,9	236,1	235,7	379,7	615,4	1.202,8	5,8	2,2	2,2	44,1	46,3			
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	416,0	3,4	0,3	0,3	40,1	40,3	1.260,8	1,7	0,1	0,1	22,0	22,1			
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	943,6	5,4	0,0	0,0	53,9	53,9	1.068,4	1,6	0,0	0,0	50,6	50,6			
Ministério da Ciência e Tecnologia	671,2	122,0	25,6	10,6	173,9	184,5	1.288,6	60,1	21,8	18,6	115,5	134,1			
Ministério da Fazenda	2.067,3	639,1	619,8	619,8	81,9	701,7	1.939,4	46,7	17,0	17,0	70,7	87,7			
Ministério da Educação	6.702,1	380,5	79,2	19,2	1.679,6	1.698,8	6.407,0	91,0	32,3	12,7	775,7	788,3			
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	255,4	1,6	0,2	0,2	1,7	1,9	77,9	1,6	0,3	0,3	2,1	2,4			
Defensoria Pública da União	21,5	2,2	0,1	0,1	2,1	2,2	30,8	6,3	0,3	0,3	6,0	6,3			
Ministério da Justiça	1.142,6	74,1	2,5	2,4	211,0	213,3	1.275,1	47,5	0,2	0,2	173,6	173,8			
Ministério de Minas e Energia	6.032,6	3,6	0,2	0,2	14,7	14,9	70,2	2,3	0,1	0,1	3,1	3,2			
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Ministério Público da União	157,6	4,2	3,7	3,7	60,1	63,8	260,7	22,2	2,7	2,6	31,1	33,7			
Ministério das Relações Exteriores	29,2	1,1	0,2	0,2	3,0	3,2	28,7	1,0	0,8	0,8	2,3	3,1			
Ministério da Saúde	6.895,5	436,4	163,7	134,1	868,3	1.002,4	7.254,8	160,0	74,6	66,3	527,6	593,8			
Ministério da Transparéncia, Fiscalização e CGU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,9	0,2	0,1	0,1	0,3	0,4			
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	3,2	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Ministério dos Transportes	8.488,9	852,8	66,5	13,5	3.723,5	3.737,0	14.092,9	1.559,4	202,3	146,9	1.638,8	1.785,7			
Ministério do Trabalho e Previdência Social	167,4	0,8	0,3	0,3	11,9	12,2	99,1	34,7	0,0	0,0	6,8	6,8			
Ministério das Comunicações	554,1	388,8	150,0	150,0	17,0	167,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Ministério da Cultura	204,9	18,3	4,3	2,0	34,2	36,2	362,3	41,6	13,3	13,0	16,0	29,0			
Ministério do Meio Ambiente	160,4	6,0	0,1	0,1	13,4	13,5	562,6	7,5	1,0	0,9	15,1	15,9			
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.320,3	62,6	2,5	2,5	59,0	61,4	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7			
Ministério do Esporte	971,9	281,8	2,0	2,0	240,0	242,0	742,6	0,0	0,0	0,0	47,0	47,0			
Ministério da Defesa	7.952,9	516,7	94,5	72,2	1.872,7	1.944,9	9.846,6	931,0	157,5	72,3	504,6	576,9			
Ministério da Integração Nacional	4.826,9	820,3	24,5	23,8	818,9	842,6	5.247,0	275,9	57,1	57,0	450,5	507,6			
Ministério do Turismo	587,7	71,1	0,0	0,0	98,5	98,5	433,2	0,1	0,0	0,0	62,9	62,9			
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	274,4	2,7	0,1	0,1	112,0	112,1	396,4	1,4	0,0	0,0	19,7	19,7			
Ministério das Cidades	7.882,9	1.577,8	358,7	358,7	1.657,3	2.016,0	9.919,6	867,9	382,3	382,3	244,7	626,9			
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	97,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Ministério da Pesca e Agricultura	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Conselho Nacional do Ministério Público	0,7	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	4,8	0,4	0,0	0,0	1,6	1,6			
Advocacia Geral da União	27,0	0,0	0,0	0,0	2,3	2,3	20,8	0,3	0,0	0,0	1,6	1,6			

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Correspondente ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2016	2016/2017		Diferença Mar/17 Fev/17	Variação (%)	Diferença Mar/17 Mar/16	Variação (%)
	Março	Fevereiro	Março				
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	166.909,0	25.800,4	16.433,0	-9.367,5	546,9%	-150.476,0	-90,2%
Emissão de Títulos	0,0	16.335,0	0,0	-16.335,0	-100,0%	0,0	-
Remuneração das Disponibilidades	9.574,2	8.219,5	7.543,8	-675,7	-8,2%	-2.030,4	-21,2%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.048,9	1.246,0	940,0	-306,0	-24,6%	-108,9	-10,4%
Resultado do Banco Central	156.285,9	0,0	7.949,2	7.949,2	-	-148.336,7	-94,9%
2. DESPESAS NO BACEN	0,0	7.000,0	0,0	-7.000,0	-100,0%	0,0	-
Resgate de Títulos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Encargos da DPMF	0,0	7.000,0	0,0	-7.000,0	-100,0%	0,0	-
3. RESULTADO (1 - 2)	166.909,0	18.800,4	16.433,0	-2.367,5	-12,6%	-150.476,0	-90,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

**Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes**



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/17 Jan-Mar/16	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	186.695,6	52.207,1	-134.488,5	-72,0%
Emissão de Títulos	0,0	16.335,0	16.335,0	-
Remuneração das Disponibilidades	26.994,4	24.402,9	-2.591,5	-9,6%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	3.415,3	3.520,0	104,7	3,1%
Resultado do Banco Central	156.285,9	7.949,2	-148.336,7	-
2. DESPESAS NO BACEN	82.500,0	91.500,0	9.000,0	10,9%
Resgate de Títulos	56.500,0	81.000,0	24.500,0	43,4%
Encargos da DPMF	26.000,0	10.500,0	-15.500,0	-59,6%
3. RESULTADO (1 - 2)	104.195,6	-39.292,9	-143.488,5	-137,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2016	2016/2017		Diferença Mar/17	Variação (%)	Diferença Mar/17	Variação (%)
	Março	Fevereiro	Março				
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA							
Dívida Interna	1.308.141,0	1.977.290,5	2.115.291,5	138.001,0	7,0%	807.150,6	61,7%
DPMFI em Poder do Públíco^{1/}	2.753.503,1	3.020.741,4	3.113.843,5	93.102,1	3,1%	360.340,4	13,1%
LFT	709.639,2	920.837,4	937.204,6	16.367,2	1,8%	227.565,5	32,1%
LTN	729.075,6	740.989,2	787.610,4	46.621,2	6,3%	58.534,8	8,0%
NTN-B	853.806,3	905.107,8	923.143,9	18.036,0	2,0%	69.337,5	8,1%
NTN-C	81.721,8	85.229,1	85.984,5	755,4	0,9%	4.262,7	5,2%
NTN-F	333.355,6	319.087,1	329.369,3	10.282,1	3,2%	-3.986,3	-1,2%
Dívida Securitizada	7.512,8	7.964,5	8.783,9	819,4	10,3%	1.271,1	16,9%
Demais Títulos em Poder do Públíco	38.391,8	41.526,2	41.746,9	220,7	0,5%	3.355,1	8,7%
DPMFI em Poder do Banco Central	1.289.353,3	1.595.761,0	1.612.839,9	17.078,9	1,1%	323.486,7	25,1%
LFT	241.445,4	475.351,1	480.361,8	5.010,7	1,1%	238.916,4	99,0%
LTN	394.645,1	384.714,4	389.305,6	4.591,2	1,2%	-5.339,6	-1,4%
Demais Títulos na Carteira do BCB	653.262,8	735.695,5	743.172,6	7.477,1	1,0%	89.909,8	13,8%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-33.450,3	-39.119,2	-38.786,9	332,3	-0,8%	-5.336,6	16,0%
Demais Obrigações Internas	8.261,5	7.921,3	7.890,5	-30,8	-0,4%	-371,0	-4,5%
Haveres Internos	2.709.526,6	2.608.014,0	2.580.495,5	-27.518,5	-1,1%	-129.031,1	-4,8%
Disponibilidades Internas	1.000.412,8	963.839,4	936.402,2	-27.437,2	-2,8%	-64.010,6	-6,4%
Haveres junto aos Governos Regionais	549.998,0	564.241,6	557.097,8	-7.143,9	-1,3%	7.999,8	1,5%
Bônus Renegociados	5.630,4	4.790,9	4.910,4	119,5	2,5%	-720,0	-12,8%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	703,0	610,5	604,7	-5,8	-1,0%	-98,3	-14,0%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	13.553,0	15.635,5	15.846,2	210,7	1,3%	2.293,2	16,9%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	11.840,3	11.248,4	11.183,8	-64,6	-0,6%	-656,5	-5,5%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	473.869,8	496.710,9	489.530,9	-7.180,0	-1,4%	15.661,1	3,3%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	39.664,8	32.786,3	32.635,2	-151,1	-0,5%	-7.029,6	-17,7%
Antecipação de Royalties	3.696,9	2.401,6	2.372,6	-29,1	-1,2%	-1.324,3	-35,8%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	139,9	57,5	14,0	-43,5	-75,6%	-125,9	-90,0%
Haveres da Administração Indireta	442.821,9	497.106,0	501.916,9	4.810,9	1,0%	59.095,0	13,3%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	223.685,7	229.747,1	230.772,2	1.025,1	0,4%	7.086,5	3,2%
Fundos Constitucionais Regionais	106.235,6	118.107,5	119.003,3	895,8	0,8%	12.767,7	12,0%
Fundos Diversos	112.900,7	149.251,4	152.141,5	2.890,1	1,9%	39.240,8	34,8%
Haveres Administrados pela STN	717.193,9	582.827,0	585.078,6	2.251,6	0,4%	-132.115,3	-18,4%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.916,4	200,9	199,2	-1,6	-0,8%	-5.717,2	-96,6%
Haveres de Operações Estruturadas	78.990,1	21.381,5	21.309,4	-72,1	-0,3%	-57.680,7	-73,0%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	605.891,3	537.026,5	539.715,9	2.689,4	0,5%	-66.175,3	-10,9%
Demais Haveres Administrados pela STN	26.396,1	24.218,1	23.854,1	-364,1	-1,5%	-2.542,0	-9,6%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	132.449,8	112.892,3	119.143,9	6.251,6	5,5%	-13.305,9	-10,0%
Dívida Externa	133.193,8	113.931,2	120.300,4	6.369,2	5,6%	-12.893,4	-9,7%
Dívida Mobiliária	121.012,0	103.601,3	109.327,3	5.726,0	5,5%	-11.684,7	-9,7%
Euro	5.517,3	4.441,0	4.614,4	173,4	3,9%	-902,8	-16,4%
Global US\$	104.920,4	88.681,0	94.148,9	5.467,9	6,2%	-10.771,5	-10,3%
Global BRL	10.574,3	10.479,3	10.563,9	84,7	0,8%	-10,4	-0,1%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Dívida Contratual	12.181,8	10.329,9	10.973,1	643,2	6,2%	-1.208,7	-9,9%
Organismos Multilaterais	4.432,7	3.475,4	3.611,3	135,9	3,9%	-821,4	-18,5%
Credores Privados e Ag. Governamentais	7.749,1	6.854,5	7.361,8	507,3	7,4%	-387,3	-5,0%
Haveres Externos	744,0	1.038,9	1.156,5	117,6	11,3%	412,5	55,4%
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	744,0	1.038,9	1.156,5	117,6	11,3%	412,5	55,4%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	1.440.590,8	2.090.182,8	2.234.435,4	144.252,6	6,9%	793.844,6	55,1%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB^{2/}	24,2%	33,1%	35,3%	2,2%	6,6%	11,09%	45,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016	2016/2017		Diferença Mar/17 Fev/17	Variação (%)	Diferença Mar/17 Mar/16	Variação (%)
	Março	Fevereiro	Março				
I.1 - Receita Administrada pela RFB	62.351,1	57.650,5	63.622,7	5.972,2	10,4%	1.271,7	2,0%
I.1.1 Imposto de Importação	2.833,1	2.065,8	2.697,3	631,5	30,6%	-135,8	-4,8%
I.1.2 IPI	3.575,1	3.274,7	3.742,4	467,8	14,3%	167,3	4,7%
I.1.2.1 IPI - Fumo	468,3	417,2	504,1	86,9	20,8%	35,8	7,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	197,4	232,1	234,4	2,3	1,0%	36,9	18,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	153,1	247,5	280,6	33,1	13,4%	127,5	83,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.273,6	822,0	1.128,2	306,2	37,3%	-145,4	-11,4%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.482,6	1.555,8	1.595,2	39,4	2,5%	112,6	7,6%
I.1.3 Imposto de Renda	24.930,8	22.763,5	25.993,8	3.230,3	14,2%	1.063,0	4,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.048,2	945,1	1.231,5	286,4	30,3%	183,3	17,5%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	9.509,2	8.166,4	9.111,5	945,0	11,6%	-397,8	-4,2%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.373,4	13.652,0	15.650,9	1.998,9	14,6%	1.277,5	8,9%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.410,6	7.969,3	9.086,3	1.117,0	14,0%	675,7	8,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.261,3	3.486,7	3.505,5	18,8	0,5%	244,1	7,5%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.924,0	1.416,0	2.314,4	898,4	63,4%	390,4	20,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	777,5	780,0	744,7	-35,3	-4,5%	-32,8	-4,2%
I.1.4 IOF	2.606,2	2.806,1	2.382,1	-424,1	-15,1%	-224,2	-8,6%
I.1.5 COFINS	15.997,7	15.891,0	16.340,5	449,5	2,8%	342,8	2,1%
I.1.6 PIS/PASEP	4.387,7	4.455,5	4.516,3	60,7	1,4%	128,6	2,9%
I.1.7 CSLL	5.705,5	4.360,8	5.546,2	1.185,3	27,2%	-159,3	-2,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	460,0	427,8	439,7	11,9	2,8%	-20,3	-4,4%
I.1.10 Outras	1.855,0	1.605,3	1.964,6	359,3	22,4%	109,5	5,9%

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB ^ Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
 R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/16	Jan-Mar/15
I.1 - Receita Administrada pela RFB	210.328,1	218.961,5	8.633,4	4,1%
I.1.1 Imposto de Importação	8.510,2	7.450,3	-1.059,9	-12,5%
I.1.2 IPI	10.914,9	10.821,8	-93,1	-0,9%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.613,3	1.129,4	-483,8	-30,0%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	577,0	768,6	191,5	33,2%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	601,8	901,4	299,6	49,8%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	3.519,6	3.052,3	-467,3	-13,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	4.603,2	4.970,1	366,8	8,0%
I.1.3 Imposto de Renda	88.362,2	95.904,2	7.542,0	8,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.921,0	4.773,2	852,1	21,7%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	37.780,9	40.207,0	2.426,0	6,4%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	46.660,3	50.924,1	4.263,8	9,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	26.389,2	29.072,2	2.683,0	10,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	11.424,9	12.387,1	962,3	8,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	6.174,0	6.864,2	690,2	11,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.672,3	2.600,6	-71,7	-2,7%
I.1.3.4 IOF	8.379,4	8.178,5	-200,8	-2,4%
I.1.5 COFINS	51.118,7	51.308,0	189,3	0,4%
I.1.6 PIS/PASEP	13.982,2	14.258,0	275,7	2,0%
I.1.7 CSLL	22.031,5	24.356,2	2.324,7	10,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.424,2	1.367,0	-57,2	-4,0%
I.1.10 Outras	5.604,7	5.317,4	-287,2	-5,1%

Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2016 Março	2017 Fevereiro	2017 Março	Diferença Mar/17 Fev/17	Variação (%)	Diferença Mar/17 Mar/16	Variação (%)
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.374,3	25.385,0	15.539,8	-9.845,2	-38,8%	2.165,6	16,2%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	10.891,6	19.489,8	12.273,7	-7.216,1	-37,0%	1.382,1	12,7%
I.2 Fundos Constitucionais	470,7	1.075,6	812,0	-263,5	-24,5%	341,3	72,5%
I.2.1 Repasse Total	609,9	1.540,5	993,9	-546,7	-35,5%	384,0	63,0%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-139,1	-465,0	-181,8	283,1	-60,9%	-42,7	30,7%
I.3 Contribuição do Salário Educação	941,4	1.636,5	944,1	-692,4	-42,3%	2,7	0,3%
I.4 Compensações Financeiras	1.044,9	3.156,7	1.488,6	-1.668,1	-52,8%	443,7	42,5%
I.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
I.6 Demais	25,6	26,3	21,3	-5,0	-19,1%	-4,3	-16,8%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	8,9	15,2	8,6	-6,6	-43,4%	-0,4	-3,9%
I.6.3 IOF Ouro	2,4	1,5	1,2	-0,3	-20,3%	-1,1	-48,5%
I.6.4 ITR	14,3	9,6	11,5	1,9	19,4%	-2,8	-19,7%
II. DESPESA TOTAL	94.055,9	95.074,2	98.491,3	3.417,1	3,6%	4.435,4	4,7%
II.1 Benefícios Previdenciários	38.921,9	41.980,9	42.456,1	475,2	1,1%	3.534,1	9,1%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	30.011,0	32.584,6	32.853,4	268,7	0,8%	2.842,4	9,5%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	8.427,5	9.008,2	9.054,2	46,0	0,5%	626,7	7,4%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	483,5	388,0	548,5	160,5	41,4%	65,0	13,5%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	18.989,2	22.272,9	21.274,3	-998,7	-4,5%	2.285,0	12,0%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.999,7	13.951,9	15.971,5	2.019,6	14,5%	971,8	6,5%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	5.679,6	5.534,2	6.867,6	1.333,4	24,1%	1.187,9	20,9%
II.3.2 Anistiados	22,4	24,7	14,3	-10,4	-42,3%	-8,1	-36,3%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	80,6	0,0	0,0	0,0	-	-80,6	-100,0%
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	28,3	51,8	50,4	-1,4	-2,7%	22,2	78,4%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.077,5	4.409,0	4.447,6	38,7	0,9%	370,1	9,1%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	376,1	473,4	830,8	357,3	75,5%	454,7	120,9%
II.3.8 Créditos Extraordinários	403,2	111,1	86,2	-24,9	-22,4%	-317,0	-78,6%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.783,1	1.010,0	1.070,1	60,2	6,0%	-713,0	-40,0%
II.3.10 Despesas cedeadas com Convênios/Doações	30,1	22,8	28,4	5,7	24,8%	-1,7	-5,6%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	25,7	16,0	18,2	2,2	13,7%	-7,5	-29,1%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	800,9	919,0	919,0	0,0	0,0%	118,1	14,7%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	80,7	144,9	136,5	-8,4	-5,8%	55,9	69,3%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	991,0	766,2	1.014,1	247,9	32,4%	23,1	2,3%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	162,5	162,5	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	100,3	91,4	131,2	39,9	43,6%	31,0	30,9%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	262,4	62,9	80,6	17,7	28,1%	-181,8	-69,3%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	23,8	22,3	18,3	-4,0	-17,9%	-5,5	-23,3%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	7,1	6,1	3,8	-2,3	-38,2%	-3,4	-47,2%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-71,9%	0,0	-90,7%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-85,7	-47,4	-222,8	-175,3	369,6%	-137,1	160,0%
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	17,2	1,8	0,3	-1,5	-84,8%	-17,0	-98,4%
II.3.19.6 Pronaf	20,1	23,0	43,6	20,6	89,7%	23,5	117,2%
II.3.19.7 Proex	46,3	88,8	73,7	-15,1	-17,0%	27,4	59,1%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	25,4	1,3	0,0	-1,2	-99,0%	-25,4	-100,0%
II.3.19.9 Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRÁ	32,7	-4,1	-3,8	0,3	-8,4%	-36,5	-
II.3.19.11 Funcafé	17,8	1,3	7,1	5,7	430,1%	-10,7	-60,1%
II.3.19.12 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4,1	2,9	4,5	1,6	54,2%	0,4	9,6%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	118,8	0,0	133,0	133,0	-	14,2	11,9%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,8	0,0	-0,8	-100,0%	0,0	-
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-4,3	0,0	0,0	0,0	-	4,3	-99,9%
II.3.19.19 Proagro	105,0	73,9	73,9	0,0	0,0%	-31,1	-29,6%
II.3.19.20 PNAFE	-66,0	-107,7	-51,0	56,7	-52,7%	15,1	-22,8%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	23,0	10,9	22,3	11,4	104,4%	-0,7	-2,9%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	72,4	141,2	91,7	-49,5	-35,1%	19,3	26,7%
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	21.145,0	16.868,4	18.789,5	1.921,0	11,4%	-2.355,5	-11,1%
Memorando:							
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	107.430,2	120.459,1	114.031,1	-6.428,0	-5,3%	6.601,0	6,1%
IV. DESPESAS NÃO INCLUIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	15.380,3	26.463,4	16.756,2	-9.707,2	-36,7%	1.375,9	8,9%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	14.699,9	26.281,7	16.650,2	-9.631,4	-36,6%	1.950,4	13,3%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	10.891,6	19.489,8	12.273,7	-7.216,1	-37,0%	1.382,1	12,7%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	941,4	1.636,5	944,1	-692,4	-42,3%	2,7	0,3%
IV.1.3 Compensações Financeiras	1.044,9	3.156,7	1.488,6	-1.668,1	-52,8%	443,7	42,5%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.1.5 Demais	1.822,0	1.998,6	1.943,8	-54,8	-2,7%	121,8	6,7%
<i>IOF Ouro</i>	2,4	1,5	1,2	-0,3	-20,3%	-1,1	-48,5%
<i>ITR</i>	14,3	9,6	11,5	1,9	19,4%	-2,8	-19,7%
<i>FUNDEB (Complem. União)</i>	800,9	919,0	919,0	0,0	0,0%	118,1	14,7%
<i>Fundo Constitucional DF - FCDF</i>	1.004,4	1.068,5	1.012,1	-56,4	-5,3%	7,7	0,8%
<i>FCDF - OCC</i>	80,7	144,9	136,5	-8,4	-5,8%	55,9	69,3%
<i>FCDF - Pessoal</i>	923,7	923,5	875,5	-48,0	-5,2%	-48,2	-5,2%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	403,2	111,1	86,2	-24,9	-22,4%	-317,0	-78,6%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	5,1	7,2	15,9	8,8	122,5%	10,8	212,1%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	5,1	5,9	10,7	4,8	81,5%	5,6	110,2%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	0,0	1,2	5,2	4,0	316,7%	5,2	-
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	272,1	63,5	3,8	-59,6	-93,9%	-268,2	-98,6%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	92.049,9	93.995,7	97.274,9	3.279,2	3,5%	5.225,0	5,7%

Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016 Jan-Mar	2017 Jan-Mar	Diferença Mar/17 Fev/17	Variação (%)
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	52.113,0	58.450,2	6.337,2	12,2%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	42.940,3	47.016,2	4.075,9	9,5%
I.2 Fundos Constitucionais	1.259,5	1.682,6	423,0	33,6%
I.2.1 Repasse Total	2.280,7	2.710,2	429,6	18,8%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-1.021,1	-1.027,7	-6,6	0,6%
I.3 Contribuição do Salário Educação	3.439,2	3.514,9	75,7	2,2%
I.4 Compensações Financeiras	3.990,8	5.671,2	1.680,4	42,1%
I.5 CIDE - Combustíveis	321,8	433,5	111,6	34,7%
I.6 Demais	161,4	132,0	-29,4	-18,2%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	47,9	33,1	-14,7	-30,8%
I.6.3 IOF Ouro	8,1	4,4	-3,7	-45,2%
I.6.4 ITR	105,4	94,5	-11,0	-10,4%
II. DESPESA TOTAL	288.941,4	292.275,4	3.334,0	1,2%
II.1 Benefícios Previdenciários	112.758,7	125.379,9	12.621,3	11,2%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	86.295,4	97.110,6	10.815,2	12,5%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	24.752,6	26.943,5	2.190,9	8,9%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	1.710,7	1.325,8	-384,8	-22,5%
II.1.2 Pessoal e Encargos Sociais	57.697,4	65.200,7	7.503,4	13,0%
II.1.3 Outras Despesas Obrigatórias	60.507,9	53.754,4	-6.753,5	-11,2%
II.1.3.1 Abono e seguro desemprego	18.871,0	18.094,4	-776,6	-4,1%
II.1.3.2 Anistiados	65,7	54,6	-11,1	-16,9%
II.1.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.1.3.4 Auxílio CDE	114,8	0,0	-114,8	-100,0%
II.1.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	132,2	143,6	11,3	8,6%
II.1.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	11.980,2	13.186,5	1.206,3	10,1%
II.1.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.320,7	1.304,2	-16,5	-1,2%
II.1.3.8 Créditos Extraordinários	1.589,6	348,5	-1.241,1	-78,1%
II.1.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.703,9	3.149,4	-2.554,5	-44,8%
II.1.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	62,5	71,6	9,1	14,5%
II.1.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	57,6	52,6	-5,0	-8,6%
II.1.3.12 FUNDEB (Complem. União)	4.093,0	4.452,9	359,9	8,8%
II.1.3.13 Fundo Constitucional DF	232,6	371,7	139,1	59,8%
II.1.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	2.638,3	2.298,4	-339,9	-12,9%
II.1.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	487,5	487,5	0,0	0,0%
II.1.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.1.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
II.1.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	332,6	323,8	-8,8	-2,6%
II.1.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	12.612,0	9.122,1	-3.489,9	-27,7%
II.1.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	1.121,5	1.119,2	-2,4	-0,2%
II.1.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.807,4	1.172,8	-634,6	-35,1%
II.1.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	66,4	40,8	-25,6	-38,6%
II.1.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-144,0	-275,6	-131,6	91,4%
II.1.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	24,7	2,1	-22,7	-91,7%
II.1.3.19.6 Pronaf	3.061,8	2.108,8	-953,0	-31,1%
II.1.3.19.7 Proex	287,5	281,6	-5,9	-2,1%
II.1.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	154,4	43,5	-110,9	-71,8%
II.1.3.19.9 Álcool	27,6	25,6	-2,0	-7,1%
II.1.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	34,5	-18,4	-52,9	-
II.1.3.19.11 Funcafé	26,2	22,2	-4,0	-15,4%
II.1.3.19.12 Revitaliza	14,4	5,8	-8,6	-59,8%
II.1.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.104,1	4.370,6	-733,5	-14,4%
II.1.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,7	3,2	0,5	18,1%
II.1.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	221,2	133,0	-88,2	-39,9%
II.1.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	202,2	0,0	-202,2	-100,0%
II.1.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	44,4	23,9	-20,5	-46,1%
II.1.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-10,2	0,0	10,2	99,9%
II.1.3.19.19 Proagro	490,0	221,7	-268,3	-54,8%
II.1.3.19.20 PNAFE	-63,2	-158,7	-95,5	151,2%
II.1.3.19.21 PRODECER	138,1	0,0	-138,1	-100,0%
II.1.3.20 Transferências ANA	64,8	44,3	-20,6	-31,7%
II.1.3.21 Transferências Multas ANEEL	148,6	248,2	99,6	67,1%
II.1.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	57.977,5	47.940,3	-10.037,1	-17,3%
Memorando:				
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	341.054,4	350.725,7	9.671,3	2,8%
IV. DESPESAS NÃO INCLUIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	60.348,6	64.805,5	4.456,9	7,4%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	57.944,3	64.346,1	6.401,7	11,0%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	42.940,3	47.016,2	4.075,9	9,5%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	3.439,2	3.514,9	75,7	2,2%
IV.1.3 Compensações Financeiras	3.990,8	5.671,2	1.680,4	42,1%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	321,8	433,5	111,6	34,7%
IV.1.5 Demais	7.252,2	7.710,4	458,2	6,3%
IOF Ouro	8,1	4,4	-3,7	-45,2%
ITR	105,4	94,5	-11,0	-10,4%
FUNDEB (Complem. União)	4.093,0	4.452,9	359,9	8,8%
Fundo Constitucional DF - FCDF	3.045,7	3.158,6	112,9	3,7%
FCDF - OCC	232,6	371,7	139,1	59,8%
FCDF - Pessoal	2.813,0	2.786,8	-26,2	-0,9%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	1.589,6	348,5	-1.241,1	-78,1%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	13,4	36,7	23,4	174,6%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	13,3	29,3	15,9	119,3%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	0,0	7,5	7,4	-
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	801,3	74,2	-727,1	-90,7%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	280.705,8	285.920,2	5.214,4	1,9%

Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago"^{1/} - Brasil - Mensal R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016	2017		Diferença Mar/17 Fev/17	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Março	Fevereiro	Março			Mar/17 Mar/16	
I. DESPESA TOTAL	107.430,2	120.459,1	114.031,1	-6.428,0	-5,3%	6.601,0	6,1%
I.1 Poder Executivo	103.351,8	116.368,5	109.739,7	-6.628,8	-5,7%	6.387,9	6,2%
I.2 Poder Legislativo	783,0	809,1	870,5	61,4	7,6%	87,5	11,2%
I.2.1 Câmara dos Deputados	378,5	381,2	434,7	53,5	14,0%	56,1	14,8%
I.2.2 Senado Federal	273,4	284,9	291,7	6,8	2,4%	18,2	6,7%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	131,0	143,0	144,2	1,1	0,8%	13,2	10,1%
I.3 Poder Judiciário	2.840,4	2.827,9	2.944,8	117,0	4,1%	104,4	3,7%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	43,0	39,2	45,1	5,9	15,0%	2,2	5,1%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	165,2	92,7	100,7	8,0	8,6%	-64,5	-39,1%
I.3.3 Justiça Federal	698,4	727,0	762,9	35,9	4,9%	64,5	9,2%
I.3.4 Justiça Militar da União	37,7	35,5	37,6	2,1	5,9%	-0,1	-0,2%
I.3.5 Justiça Eleitoral	460,5	466,8	497,1	30,3	6,5%	36,6	7,9%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.249,4	1.282,8	1.303,6	20,8	1,6%	54,2	4,3%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	175,4	174,5	190,2	15,7	9,0%	14,8	8,5%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,9	9,3	7,6	-1,8	-19,0%	-3,3	-30,6%
I.4. Defensoria Pública da União	34,4	41,1	50,5	9,4	23,0%	16,1	46,9%
I.5 Ministério Público da União	420,6	412,6	425,5	13,0	3,1%	4,9	1,2%
I.5.1 Ministério Público da União	415,4	407,6	418,6	10,9	2,7%	3,1	0,8%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,2	4,9	7,0	2,1	41,6%	1,8	34,7%
Memorando:							
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	92.049,9	93.995,7	97.274,9	3.279,2	3,5%	5.225,0	5,7%
II.1 Poder Executivo	88.013,1	89.926,7	93.007,7	3.081,0	3,4%	4.994,6	5,7%
II.2 Poder Legislativo	782,1	805,2	869,2	64,0	8,0%	87,2	11,1%
II.2.1 Câmara dos Deputados	377,8	377,3	433,4	56,1	14,9%	55,7	14,7%
II.2.2 Senado Federal	273,4	284,9	291,7	6,8	2,4%	18,2	6,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	130,9	143,0	144,2	1,1	0,8%	13,3	10,2%
II.3 Poder Judiciário	2.809,2	2.810,2	2.921,9	111,7	4,0%	112,7	4,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	42,7	39,2	45,1	5,9	15,0%	2,4	5,7%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	164,6	92,7	99,5	6,8	7,4%	-65,1	-39,6%
II.3.3 Justiça Federal	690,5	725,6	762,4	36,8	5,1%	71,9	10,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	37,6	35,5	37,6	2,1	5,8%	0,1	0,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	455,4	458,9	480,5	21,7	4,7%	25,1	5,5%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.233,7	1.274,5	1.298,9	24,4	1,9%	65,2	5,3%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	173,8	174,4	190,2	15,8	9,1%	16,4	9,4%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,9	9,3	7,6	-1,8	-19,0%	-3,3	-30,4%
II.4. Defensoria Pública da União	34,4	41,1	50,5	9,4	23,0%	16,1	46,9%
II.5 Ministério Público da União	411,1	412,6	425,5	13,0	3,1%	14,4	3,5%
II.5.1 Ministério Público da União	405,9	407,6	418,5	10,9	2,7%	12,6	3,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,2	4,9	7,0	2,1	41,6%	1,8	35,3%

**Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes**

Discriminação	2016 Jan-Mar	2017 Jan-Mar	Diferença Jan-Mar/17 Jan-Mar/16	Variação (%)
I. DESPESA TOTAL	341.056,4	350.725,7	9.671,3	2,8%
I.1 Poder Executivo	328.311,8	337.412,7	9.101,0	2,8%
I.2 Poder Legislativo	2.337,7	2.579,5	241,8	10,3%
I.2.1 Câmara dos Deputados	1.109,5	1.246,0	136,5	12,3%
I.2.2 Senado Federal	830,9	886,4	55,5	6,7%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	397,3	447,1	49,8	12,5%
I.3 Poder Judiciário	8.926,6	9.192,2	265,6	3,0%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	131,5	132,7	1,1	0,9%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	372,5	302,3	-70,2	-18,8%
I.3.3 Justiça Federal	2.331,1	2.474,2	143,0	6,1%
I.3.4 Justiça Militar da União	107,5	106,0	-1,6	-1,4%
I.3.5 Justiça Eleitoral	1.456,4	1.511,0	54,7	3,8%
I.3.6 Justiça do Trabalho	3.919,8	4.045,3	125,5	3,2%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	578,6	594,7	16,2	2,8%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	29,2	26,1	-3,1	-10,7%
I.4. Defensoria Pública da União	114,3	141,9	27,6	24,2%
I.5 Ministério Público da União	1.364,0	1.399,3	35,3	2,6%
I.5.1 Ministério Público da União	1.347,8	1.382,6	34,8	2,6%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	16,3	16,7	0,5	2,9%
Memorando:				
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	280.705,8	285.920,2	5.214,4	1,9%
II.1 Poder Executivo	268.074,8	272.681,0	4.606,2	1,7%
II.2 Poder Legislativo	2.335,1	2.569,2	234,1	10,0%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.107,2	1.235,7	128,5	11,6%
II.2.2 Senado Federal	830,9	886,4	55,5	6,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	397,0	447,1	50,1	12,6%
II.3 Poder Judiciário	8.836,5	9.128,8	292,2	3,3%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	131,1	132,6	1,5	1,2%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	371,9	301,0	-70,9	-19,1%
II.3.3 Justiça Federal	2.307,6	2.470,9	163,3	7,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	107,2	105,9	-1,3	-1,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.443,0	1.472,3	29,3	2,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	3.873,2	4.025,4	152,2	3,9%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	573,4	594,4	21,1	3,7%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	29,2	26,1	-3,1	-10,5%
II.4. Defensoria Pública da União	114,3	141,9	27,6	24,2%
II.5 Ministério Público da União	1.345,0	1.399,3	54,2	4,0%
II.5.1 Ministério Público da União	1.328,8	1.382,6	53,7	4,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	16,2	16,7	0,5	3,2%

Boletim

FPM / FPE / IPI-Exportação

Em março de 2017 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -37,3% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 9,6 bilhões, ante R\$ 15,3 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2016			2017			Variação Nominal			R\$ Milhões
	Fevereiro	Março	Até Março	Fevereiro	Março	Até Março	Mar/17 Fev/17	Mar/17 Mar/16	Até Mar/17 Mar/16	
FPM	7.108,6	4.317,9	17.105,0	7.813,5	4.895,6	18.804,0	-37,3%	13,4%	9,9%	
FPE	6.792,7	4.126,0	16.344,7	7.466,2	4.678,1	17.967,6	-37,3%	13,4%	9,9%	
IPI - Exp	275,9	269,4	902,5	312,1	245,3	841,3	-21,4%	-8,9%	-6,8%	

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%)

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Março	-38,4%	-37,3%	-38,4%	-37,3%	-16,5%	-21,4%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

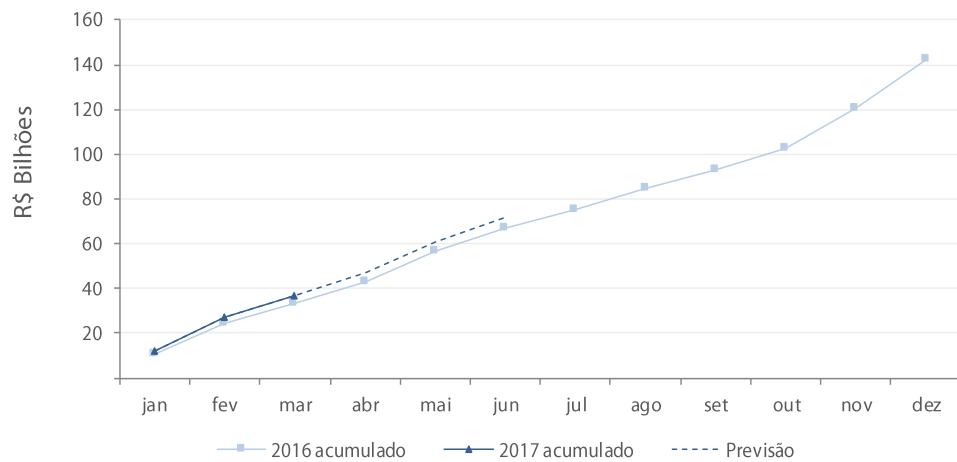
Estimativa Trimestral

	FUNDOS	Abril	Maio	Junho
	FPM	6,4%	38,0%	-22,0%
	FPE	6,4%	38,0%	-22,0%
	IPI - EXP	10,7%	26,0%	-25,0%

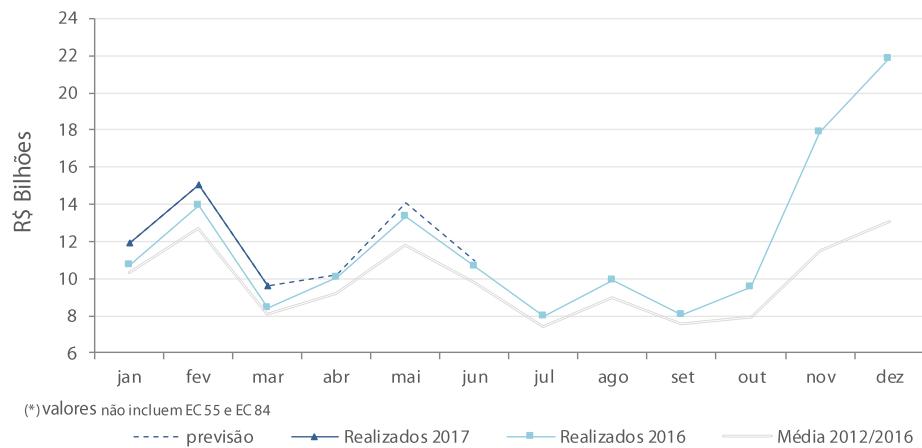
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior

Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2017 a 20/03/2017, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
FEV/3º DEC	1.990,7	11.169,5	13.160,2	MAR/1º DEC	2.263,5	2.368,8	159,3	4.791,6
MAR/1º DEC	736,6	1.925,4	2.661,9	MAR/2º DEC	457,9	479,2	58,9	995,9
MAR/2º DEC	338,8	11.037,1	11.375,9	MAR/3º DEC	1.956,7	2.047,7	27,1	4.031,4
TOTAL	3.066,0	24.132,0	27.198,0	TOTAL	4.678,1	4.895,6	245,3	9.819,0

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

ESTADOS	UF	FPM	FPE	R\$ Mil IPI-Exp
Acre	AC	24.583,2	160.036,2	21,3
Alagoas	AL	116.935,4	194.611,7	635,5
Amazonas	AM	75.381,6	130.536,4	1.720,2
Amapá	AP	19.346,7	159.615,2	413,1
Bahia	BA	456.387,5	439.559,2	12.623,2
Ceará	CE	243.470,6	343.224,0	1.721,3
Distrito Federal	DF	8.411,7	32.287,9	446,3
Espírito Santo	ES	86.165,3	70.170,8	11.761,8
Goiás	GO	179.663,4	133.001,7	6.605,9
Maranhão	MA	203.543,0	337.671,2	3.383,0
Minas Gerais	MG	643.015,5	208.383,9	29.702,9
Mato Grosso do Sul	MS	71.869,1	62.311,7	4.833,2
Mato Grosso do Sul	MT	89.390,0	107.964,8	4.248,9
Pará	PA	172.086,3	285.922,6	13.103,2
Paraíba	PB	153.786,5	224.027,3	257,5
Pernambuco	PE	241.004,3	322.795,0	2.661,7
Piauí	PI	130.183,2	202.157,4	63,3
Paraná	PR	330.821,5	134.877,6	23.280,3
Rio de Janeiro	RJ	144.154,0	71.466,6	36.661,8
Rio Grande do Norte	RN	121.364,2	195.444,4	310,0
Rondônia	RO	43.347,9	131.715,3	1.011,4
Roraima	RR	24.629,0	116.048,5	3,6
Rio Grande do Sul	RS	331.248,6	110.158,8	25.281,4
Santa Catarina	SC	191.043,0	59.869,7	15.043,9
Sergipe	SE	71.376,2	194.387,1	122,0
São Paulo	SP	652.689,9	46.780,5	49.056,4
Tocantins	TO	69.739,2	203.027,5	308,6
TOTAL		4.895.636,6	4.678.052,6	245.281,8

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 25 de novembro de 2016, foi publicada a Portaria STN nº 727, de 24 de novembro de 2016, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2017, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Ou ligue (61) 3482-6060 para consultar os fatores de multiplicação para o mês de referência
Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br